



CURSO PREPARATÓRIO

CIDADE

www.cursocidade.com.br



CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DO BRASIL



História



- H06** Brasil Imperial – Primeiro Reinado e Período Regencial: aspectos administrativos, militar, cultural, econômico, social e territorial. 02
- H07** Brasil Imperial – Segundo Reinado: aspectos administrativos, militares, econômicos, sociais e territoriais. Crise da Monarquia e Proclamação da República. 09
- H08** Brasil República: Aspectos administrativos, culturais, econômicos, sociais e territórios, revoltas, crises e conflitos e a participação brasileira na II Guerra Mundial. 22

BRASIL IMPERIAL – PRIMEIRO REINADO E PERÍODO REGENCIAL:

Aspectos administrativos, militar, cultural, econômico, social e territorial

Como vimos anteriormente, quando, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou em nome de seu filho D. Pedro II, o futuro imperador do Brasil, nascido em 02 de dezembro de 1825, tinha apenas 5 anos e 4 meses de idade e, portanto, não poderia assumir o governo. Sendo assim, até 23 de julho de 1840, quando D. Pedro II foi declarado de maior idade, o Brasil seria governado por regências.

Houve quatro regências:

- a Regência Provisória Trina;
- a Regência Permanente Trina;
- a Regência Una do Padre Feijó;
- a Regência Una de Araújo Lima.

As Regências

A Regência Trina Provisória (abril-1831/ junho-1831)

A Constituição de 1824, aquela mesmo outorgada por D. Pedro I, em seu Artigo 124, dizia que na falta do imperador e de um sucessor que o substituísse imediatamente, o país seria governado por **uma regência eleita pela Assembleia-Geral** (Câmara dos Deputados e Senado). Portanto, os regentes seriam os deputados e senadores que compunham a própria Assembleia e que por ela eram eleitos.

Quando D. Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, os deputados estavam de férias; formou-se então uma regência trina provisória até que a assembleia pudesse se reunir e eleger uma regência permanente.

A Regência Trina Provisória foi composta pelos seguintes representantes:

- Senador Nicolau Campos de Vergueiro – liberal;
- Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) – conservador;
- Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, cujo prestígio militar era evidente (pai do futuro Duque de Caxias).

Estes regentes provisórios readmitiram o Ministério dos Brasileiros, que havia sido demitido por D. Pedro I; publicou um manifesto pedindo ao povo que se mantivesse em ordem; foram obrigados a sair do exército os elementos estrangeiros e foi concedida anistia a todos os acusados de crimes políticos anteriores e ainda, proibição dos ajuntamentos noturnos em praça pública, tornando inafiançáveis os crimes em que ocorresse prisão em flagrante.

A situação do país, no entanto, não era de calma; vários motins e movimentos explodiram na Bahia, em Minas, no Pará e em Pernambuco.

A Regência Trina Permanente (junho -1831/ outubro - 1835)

Reunido a 3 de maio o Parlamento tomou as primeiras resoluções relativas à futura Regência Permanente, **determinou-se que os regentes não poderiam dispor das atribuições do Poder Moderador**, anteriormente exercido por D. Pedro I, de acordo com a Constituição de 1824, como também não poderiam dissolver a Câmara ou conceder títulos de nobreza.

No dia 17 de junho de 1831 a Regência Trina Permanente era eleita pela Assembleia. Seria utilizado um princípio geográfico na escolha dos regentes estabelecendo um equilíbrio entre as regiões. Esta regência era composta pelos representantes:

- do Norte, representado por Bráulio Muniz;
- do Sul, representado por José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre);
- Manteve-se o Brigadeiro Lima e Silva, pelo seu respeito tanto no meio civil, quanto no militar.



Francisco de Lima e Silva representava o Exército no governo.

A presença do Brigadeiro Lima e Silva era uma tentativa em impor a ordem pública, por meio da figura de um militar respeitado em ambas as frentes. Outra característica desta regência é que ela foi formada apenas por deputados e não senadores, como a regência provisória. No entanto, o governo da Regência Trina Permanente foi bastante agitado pois três grandes grupos políticos se formaram e hostilizaram-se reciprocamente:

- Moderado que apoiava a Regência;
- Exaltado que defendia ideias republicanas;
- Restaurador ou Caramuru que desejava a volta de D. Pedro I.

Toda a política, durante os quatro anos de governo da Regência Trina Permanente (1831-1835), foi dominada pelo Ministério, do qual fazia parte o Padre Diogo Antônio Feijó. Como Ministro da Justiça e como representante da classe social dominante, a aristocracia, o padre Feijó tinha que manter a ordem no país e evitar rebeliões que criassem problemas para o governo. Ele só aceitou o cargo de Ministro da Justiça quando lhe deram carta branca para acabar com as revoltas.



Para tanto, Feijó criou, em 1831, a **Guarda Nacional**, que era formada principalmente por aristocratas, isto é, por grandes proprietários e membros do governo, cuja patente mais alta era a de Coronel. Como as patentes eram vendidas pelo governo a preços muito altos, só um grande fazendeiro poderia ser Coronel.

A criação da Guarda Nacional deve-se ao fato da posição das tropas que participavam das lutas políticas e posicionavam-se pela volta de D. Pedro I, no caso da oficialidade, e ainda reivindicavam melhores soldos e mostravam-se contra as discriminações racial e social, no caso das patentes mais baixas. Tudo isto tornava o exército suspeito para garantir a ordem no país.

A Guarda Nacional provocou muita insatisfação e consequentes agitações nos meios militares, pois se seguiu ao desmantelamento do exército. Em maio de 1831 o número de efetivos das tropas já havia baixado de 30 mil para 14.342 homens e, em 30 de agosto, reduziu-se ainda mais caindo para 10 mil homens. As demissões e licenças de militares foram facilitadas, enquanto cessou, por tempo indeterminado, o recrutamento militar.

Junto com a Guarda Nacional, aprovou-se também o **Código de Processo Criminal**. Entre outras questões, o Código ampliava as funções dos juizes de paz, que eram eleitos pelos cidadãos ativos, isto é, aqueles que tinham renda, de uma determinada localidade. Os juizes passaram a exercer o papel de polícia local, com o poder de prender, formalizar a culpa e julgar. Em casos de urgência podiam convocar a **Guarda Nacional** e a polícia. Acima do juiz de paz, instituiu-se a figura do juiz municipal, escolhido pelo presidente da Província. Foi abolida a pena de morte, embora fosse mantida a pena do açoite. O Código regulava, também,

o processo eleitoral e o recrutamento da Guarda Nacional.

Todo o aparato montado por Feijó não foi o bastante para lhe manter no poder. Sofrendo grande oposição do senado, e sentindo-se sem apoio político, em 1832, Feijó demitiu-se do Ministério da Justiça e fracassou na sua tentativa de derrubar os regentes e ser o único regente no Brasil.

O Ato Adicional de 1834

Em 1834, foi feita uma reforma na Constituição Imperial Brasileira, com a aprovação do Ato Adicional, assinado a 12 de agosto de 1834, adaptando princípios federalistas à monarquia. Foi redigido principalmente por Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos deputados mais influentes na Câmara, e continha as seguintes inovações:

Ações do Ato Adicional	
1)	Criavam-se nas províncias Assembleias Legislativas em substituição aos antigos Conselhos Gerais. Essas novas câmaras provinciais poderiam legislar sobre a organização civil, judiciária e eclesiástica local, instrução, desapropriações, funcionalismo, polícia e economia dos municípios, viação e obras públicas.
2)	Constituiu-se um território destacado da Província do Rio de Janeiro com o nome de Município Neutro (a Corte) determinando-se que noutra lugar se estabelecesse a sede da província e sua respectiva Assembleia. Foi escolhida a vila de Praia Grande, futuramente elevada à categoria de cidade com o nome de Niterói.
3)	Determinava-se que a regência fosse una e o mandato do regente de 4 anos.
4)	Extinguia-se o Conselho de Estado. Portanto, a partir de 1834, cada província passava a ter a sua própria Assembleia Legislativa, isto quer dizer que cada província passava a ter a liberdade de criar algumas de suas próprias leis. No entanto o presidente da província, cargo equivalente ao de governador de estado em nossos dias, continuava sendo nomeado pela corte do Rio de Janeiro.

A Regência Una de Feijó (1835-1837)

Em 1835 houve eleição para Regente Uno, de acordo com o Ato Adicional de 1834. Os principais concorrentes nesta eleição foram o pernambucano Holanda Cavalcanti e o paulista Diogo Antônio Feijó, ambos do Partido Liberal Moderado.

Eleito por uma diferença bem pequena de votos, Feijó teve de enfrentar uma forte oposição política e algumas revoltas que agitaram o país, como a Cabanagem no Grão-Pará, a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e a Revolta dos Malês, na Bahia.

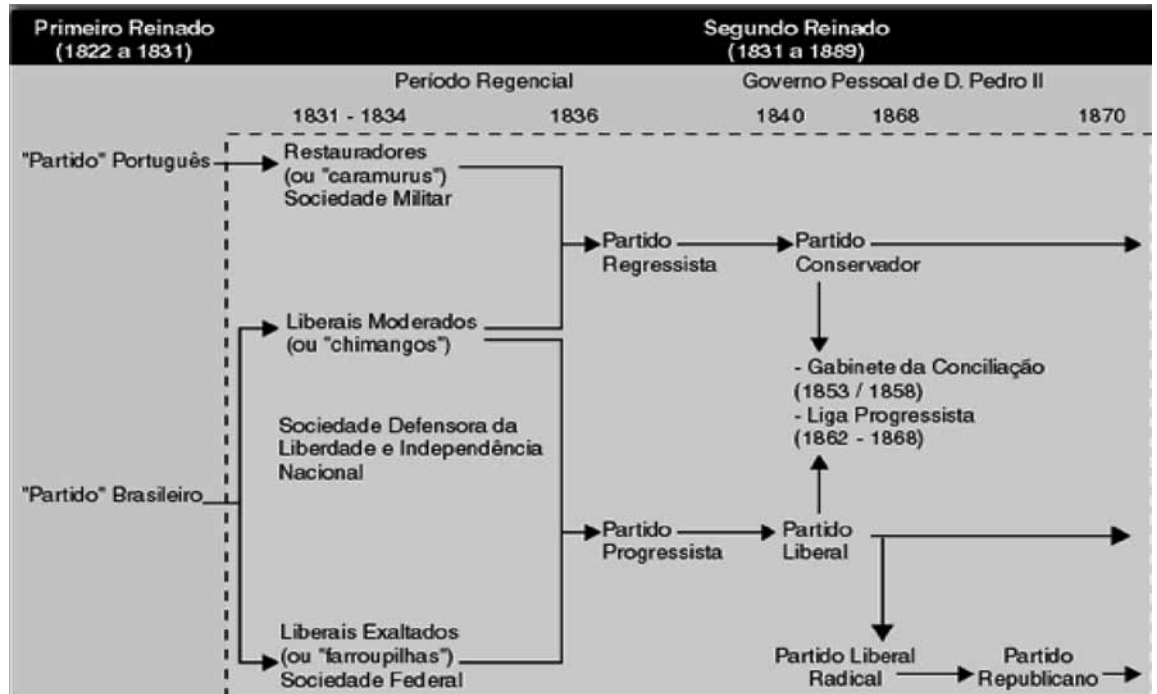
A regência de Diogo Feijó vai de 12 de outubro de 1835 a 19 de setembro de 1837. A grande oposição a Feijó era formada por políticos influentes como o ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) e Maciel Monteiro.

Visando a obter maior apoio político, Feijó e seus correligionários criaram um novo partido denominado **Progressista**. Participavam deste partido todos aqueles que apoiavam o Ato Adicional de 1834.

O líder da oposição a Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcelos, criou o **Partido Regressista**. Eram regressistas todos que se colocavam contrários ao Ato Adicional. Foram os regressistas (antigos restauradores e liberais descontentes) que originaram posteriormente o partido Conservador. Já o Partido Liberal, surgiu do partido progressista.

Quando ainda dispunha de dois anos de governo, em setembro de 1837, incapaz de vencer tanto

a oposição como as revoltas, Feijó renunciou ao cargo de regente em 1837. Sua situação política ficou insustentável principalmente após assumir publicamente ser favorável ao fim da escravidão, ferindo os interesses da elite proprietária brasileira. Sua saída fez os conservadores chegarem ao poder. Acompanhe no quadro abaixo a evolução dos agrupamentos políticos no período.



É preciso lembrar que os “partidos” políticos não tinham uma sede, presidente, regimento como os partidos que temos em nossos dias. Naquela época, chamavam de partido um grupo político que reunia homens com os mesmos interesses.

A regência Una de Araújo Lima (1838-1840)

A renúncia de Feijó significou a vitória e a ascensão ao poder dos homens do Partido Regressista, os quais, em 1838, elegeram **Pedro de Araújo Lima** para Regente Uno.

Araújo Lima era um político ligado ao partido regressista futuro partido conservador. Organizou um ministério que seria conhecido pelo apelido de “**ministério das capacidades**”, pois contava com nomes de prestígio na época; realmente o “ministério das capacidades” conseguiu ordem e a prosperidade econômica do país.

Na Regência Una de Araújo Lima foram criados o **Imperial Colégio D. Pedro II** e o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**, grande centro literário e científico do Brasil, no século XIX.

O núcleo conservador que agora governava o país estava solidificado nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Portanto buscou-se centralizar as decisões políticas nestas províncias.

Logo, durante a regência de Araújo Lima, verificou-se um aumento da centralização administrativa no Sudeste, o que resultou em novas revoltas pelo país, a Sabinada na Bahia e a Balaiada no Maranhão.

Algumas medidas foram tomadas no sentido de aumentar a repressão e o controle sobre as revoltas; o alvo era o Ato Adicional, considerado o responsável pelas revoltas internas que aconteciam no país. Os conservadores tentaram a todo custo suspender as determinações do Ato, no entanto aprovado em 1840, permitindo que os liberais se articulassem para retornar ao poder. Para isso, articularam a antecipação da maioridade de D. Pedro II que tinha então 14 anos de idade, episódio que ficou conhecido como **Golpe da Maioridade**.

O raciocínio era simples. Devido à “anarquia” que se encontrava o Brasil, com a série de revoltas espalhadas pelo território nacional, era preciso restaurar a **ORDEM**. Mas com as disputas políticas, era impossível haver uma conciliação entre os partidos. Era preciso um símbolo que estivesse acima dos interesses de conservadores e liberais. Mas quem seria este símbolo? É claro: D. Pedro II, o único capaz de, naquele momento, parar o “vulcão da anarquia”.

O golpe da maioridade era portanto, uma forma dos liberais voltarem ao poder. Apoiar a maioridade do Imperador e esperar que ele, agradecido, convocasse um ministério liberal.

O golpe da maioria

Foi importante para a aristocracia, que não admitia nenhum movimento popular. Com isso ela justificava a violência com que reprimia os rebeldes. Para os aristocratas, era preciso manter a ordem no país, pois as revoluções sociais ameaçavam a unidade territorial e a Monarquia. Eles começaram a acreditar que só um Imperador com poder absoluto poderia manter a ordem e a unidade nacional. Só que havia um problema: o Imperador era menor de idade e, de acordo com a Constituição Imperial, ele não podia governar o país.

Em julho de 1840, Araújo Lima, cedendo a pressões, pergunta ao Imperador se ele queria ser Imperador em dezembro, quando faria quinze anos, ou se queria já. O menino respondeu: “eu quero já!”

Os principais responsáveis por este golpe foram os Liberais progressistas, que pretendiam derrubar os regressistas do poder e assumir o controle político do país.

Portanto, o golpe da maioria deve ser entendido também como um golpe político na disputa pelo poder entre os partidos Progressista e Regressista.

Com este golpe, terminou o Período Regencial e começou, então, o Segundo Reinado e os progressistas chegaram ao poder.

Revoltas Regenciais

A Cabanagem (Pará, 1835-1840)

A Cabanagem foi com certeza o mais importante movimento popular do Brasil Regencial. Foi feito por índios, negros e caboclos do Pará e que viviam em habitações feitas de palhas (cabanos). Daí o seu nome: cabanos.

Os cabanos, levados pela decadência do comércio das drogas do sertão, tomam conta da cidade de Belém e derrubam o poder estabelecido. Não podendo deixar passar sem punição esse movimento, o governo organizou uma violenta repressão que, aliada à desorganização do cabanos, fez com que eles fossem vencidos na capital, em 1836, pelas forças do governo. A luta durou até 1840, quando a província por fim foi pacificada. A Cabanagem deixou um saldo de 40.000 mortes.

A Sabinada (Bahia, 1837-1838)

A Sabinada foi um movimento rebelde ocorrido na Bahia, em 1837, liderado pelo médico **Sabino Vieira da Rocha**. Contraditório o movimento queria que o atual estado da Bahia ficasse independente até a maioria de D. Pedro de Alcântara, quando assim a Bahia voltaria a pertencer ao Império. Para tanto, proclamou a **República Bahiense**, em 1837, República Provisória. Reprimida em 1838, a Rebelião chegou ao fim e Sabino foi preso e desterrado para o Mato Grosso, onde faleceu.

Revolta dos Malês (Bahia 1835)

Os malês eram escravos negros de religião muçulmana que sabiam ler, escrever em árabe além de fazer contas. Por este motivo, estes escravos eram utilizados por senhores como escravos de ganho, isto é, escravos utilizados para a venda de produtos e que tinham livre circulação pelas cidades onde faziam comércio. Esta relativa liberdade no entanto não diminuía os castigos e a violência provocada

por sua condição de escravo. Observe a figura de um male ao lado.

Os fatores que levaram à revolta dos Malês foram: os maus tratos e castigos e a imposição da religião católica.

Em janeiro de 1835 um grupo de cerca de 1500 negros, liderados por muçulmanos, entre outros: Manuel Calafate, Aprígio e Pai Inácio, armaram uma conspiração com o objetivo de libertar seus companheiros islâmicos e matar brancos e mulatos considerados traidores, marcada para estourar no dia 25 daquele mesmo mês.

Arrecadaram dinheiro para comprar armas e redigiram planos em árabe, mas foram denunciados ao juiz de paz. Conseguem, ainda, atacar o quartel que controlava a cidade mas, devido à inferioridade numérica e de armamentos, acabaram massacrados pelas tropas da **Guarda Nacional** e por civis armados, que estavam apavorados ante a possibilidade do sucesso da rebelião negra.

A Balaiada (Maranhão, 1838-1841)

Semelhante à Cabanagem, foi também um movimento popular. Os fatores que levaram ao início do movimento foram: a decadência da produção de algodão, que prejudicou a elite proprietária local e levou à miséria a grande população humilde do Maranhão; e as disputas políticas entre o partido liberal local apelidado de bem-te-vi e os conservadores que eram chamados pejorativamente de cabanos na província.

ATENÇÃO:

Os cabanos no Maranhão representavam a elite local, ao contrário do Pará que era formado pela população de baixa renda.

O movimento era de caráter popular liderado por homens de baixa condição social, como o vaqueiro Raimundo Gomes, apelidado Cara Preta, o fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos, apelidado o Balaio, e o Preto Cosme, que organizou um grupo de quase 3.000 negros alforriados e escravos.

O fato que costuma marcar o início da revolta ocorreu em dezembro de 1838. O vaqueiro Raimundo Gomes, conhecido como Cara Preta, passava pela Vila da Manga, levando uma boiada de seu patrão para vender em outro local. Na ocasião, muitos dos homens que o acompanhavam foram recrutados e seu irmão aprisionado sob a acusação de assassinato. O recrutamento obrigatório foi muito impopular, visto que recaía basicamente sobre os menos favorecidos, obrigado a qualquer momento a servir nas forças militares. Os bem-te-vis aproveitaram o momento para tentar tirar os conservadores do poder e se aliaram aos balaios. Os revoltos tomaram a cidade de Caxias, a segunda em importância na província, e organizaram um governo provisório.



A radicalização do movimento levou os bem-te-vis a se separarem dos balaios. Para sufocar a revolta, o governo central enviou o Coronel Luís Alves de Lima e Silva ao Maranhão, onde derrotou os revoltosos na cidade de Caxias, no interior do Maranhão, recebendo o título de Barão de Caxias e a nomeação para Governador da província. Terminava a revolta no Maranhão, já no governo de D. Pedro II, com um saldo de cerca de 20 mil mortos.

A Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845)



A Guerra dos Farrapos, também chamada Revolução Farroupilha, foi a mais longa guerra civil brasileira, durando 10 anos, de 1835 a 1845. Foi liderada pela classe dominante gaúcha, formada de fazendeiros de gado que usou as camadas pobres da população no processo de luta. Opuseram de um lado estancieiros liberais separatistas, conhecidos como chimangos, desejosos de criar um estado republicano, com o apoio das camadas populares; e de outro os adeptos da monarquia, chamados de caramurus. Representou, na época do império, séria ameaça à integridade territorial do país.

Apesar da participação do povo, esse movimento difere da Cabanagem e da Balaiada porque os fazendeiros, unidos, jamais permitiram que o povo tomasse a liderança do movimento. Naquela época a base da economia gaúcha era a criação de gado e, principalmente, a fabricação do charque.

Entretanto, o charque gaúcho, para ser vendido nas outras províncias do Brasil, era tributado com impostos alfandegários equivalentes aos impostos pagos pelo charque da Argentina e do Uruguai.

Os gaúchos lutavam contra essa situação, que eles consideravam absurda, e lutavam também pela liberdade de escolher os seus próprios governantes, pois era somente o governo do Rio de Janeiro quem nomeava os governadores para as províncias do Brasil.

A revolução autonomista, chefiada por Bento Gonçalves da Silva e que tinha como principal mentor intelectual o jornalista Tito Livio Zambecari, carbonário italiano exilado, foi desencadeada em reação à pesada taxaço imposta ao charque e aos couros e à suspensão do pagamento das dívidas do governo imperial. A revolta explodiu em setembro de 1835.

Em 1835, os gaúchos, comandados por Bento Gonçalves, tomaram a cidade de Porto Alegre. Em setembro de 1836 proclamaram um estado

republicano – a chamada República de Piratini ou Farroupilha – que pretendia constituir uma federação com as províncias brasileiras que a ela aderissem. Na batalha do Fanfa, em outubro de 1836, os imperiais derrotaram os sediciosos e prenderam Bento Gonçalves e Zambecari.

A luta prosseguiu e os farroupilhas voltaram à ofensiva com triunfos em Rio Pardo e Caçapava, em março e abril de 1837. Bento Gonçalves conseguiu fugir do forte do Mar, na Bahia, onde estava preso e reassumiu o comando da luta, que se estendeu à Santa Catarina. Lá, os revoltosos proclamaram, em 22 de julho de 1839, em Laguna, a República Juliana, de curta duração. Nessa época incorporara-se à revolução outro italiano, Giuseppe Garibaldi, futuro paladino da unificação de seu país e que ligou seu destino ao de uma brasileira, Anita Garibaldi, heroína da causa rebelde.

Para combater os rebeldes e tentar a paz, o governo central nomeou Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, para presidente da província e comandante das tropas imperiais. Caxias isolou os rebeldes, cortou as principais linhas de comunicação e abastecimento dos farrapos e propôs uma nova anistia ampla e irrestrita. Em 1845 os rebeldes aceitaram a paz oferecida por Caxias.

O acordo estabelecia: liberdade aos escravos que lutaram no exército farroupilha; incorporação do exército farroupilha ao exército brasileiro inclusive com as mesmas patentes; taxaço ao charque platino; pagamento pelo Império das dívidas da guerra e indicação pelos farrapos do presidente de sua Província. Na Farroupilha, o governo mais negociou do que reprimiu, isto se deve ao fato de que a revolta foi o tempo inteiro liderada pelos estancieiros gaúchos.

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

1. Em 1834 foi promulgado o Ato Adicional à Constituição do Império, visando promover a conciliação das diferentes facções políticas em que se dividiam os grupos dominantes. **COM EXCEÇÃO DE UMA, são corretas as afirmativas abaixo se considerarmos que ele:**

- a) conservou o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado a fim de satisfazer aos Restauradores;
- b) converteu a Regência Trina em Una, a fim de conceder maior poder aos Moderados;
- c) conservou o Conselho de Estado, a fim de atender à maioria restauradora;
- d) promoveu medidas de descentralização política, a fim de atender aos Exaltados;
- e) promoveu um federalismo comedido, a fim de conter os excessos da oposição.

Resposta: C. O Conselho de Estado foi extinto.

2. Período regencial (1831-1840). A melhor interpretação da conjuntura política do período regencial está expressa na seguinte alternativa:

- a) O pacto entre unitaristas e federalistas leva à eclosão de inúmeras revoltas de caráter popular.
- b) A disputa entre monarquistas e republicanos provoca a antecipação da maioria de D. Pedro.
- c) A aliança entre Progressistas e Regressistas possibilita inúmeras revoltas das elites provinciais.
- d) A luta entre adeptos da centralização e do federalismo resulta na afirmação de um projeto conservador.

Resposta: D. Os conservadores que tinham um ideal centralizador vão ser os vitoriosos e vão impor suas ideias.

3. **"Fui liberal: então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis: o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os 'princípios democráticos' tudo ganharam e muito comprometeram: a sociedade, que então corria risco pelo poder, entre risco pela desorganização e pela anarquia."**

No texto, Bernardo Pereira de Vasconcelos critica os excessos do Liberalismo Político, defendendo o retorno à autoridade e à centralização. No Período Regencial, o grupamento político-partidário que defendeu as ideias preconizadas por Vasconcelos foi o:

- a) Liberal Moderado;
- b) Restaurador;
- c) Liberal Exaltado;
- d) Progressista;
- e) Regressista.

Resposta: E. O partido Regressista.

PRATICANDO

1. **A abdicação de D. Pedro I pôs fim ao Primeiro Reinado e proporcionou as condições para a consolidação da independência nacional, uma vez que:**
 - a) as lutas das várias facções políticas se resolveram com a vitória dos Exaltados sobre os Moderados;
 - b) as rebeliões anteriores à abdicação possuíam nítido caráter reivindicatório de classe;
 - c) o governo do Príncipe não passou de um período de transição em que a reação portuguesa, apoiava-se no Absolutismo do soberano que se conservou no poder;
 - d) as propostas do Partido Brasileiro contavam com o apoio unânime dos Deputados à Assembleia Constituinte de 1823;
 - e) as disputas entre conservadores e liberais representaram diferentes concepções sobre a forma de organizar a vida econômica do país.
2. **Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que ela foi criada:**
 - a) pelo imperador, D. Pedro II, e era por ele diretamente comandada, razão pela qual se tornou a principal força durante a Guerra do Paraguai.

- b) para atuar unicamente no Sul, a fim de assegurar a dominação do Império na Província Cisplatina.
- c) segundo o modelo da Guarda Nacional Francesa, o que fez dela o braço armado de diversas rebeliões no período regencial e início do Segundo Reinado.
- d) para substituir o exército extinto durante a menoridade, o qual era composto, em sua maioria, por portugueses e ameaçava restaurar os laços coloniais.
- e) no período regencial como instrumento dos setores conservadores destinado a manter e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas.

3. **O partido responsável pela articulação do golpe da maioria.**

- a) Regressista b) Conservador
- c) Moderador d) Progressista
- e) Brasileiro

4. **O resultado da discussão política e a aprovação da antecipação da maioria de D. Pedro II representaram:**

- a) o pleno congraçamento de todas as forças políticas da época.
- b) a vitória parlamentar do bloco partidário liberal.
- c) a trama bem-sucedida do grupo conservador que fundara a Sociedade Promotora da Maioridade.
- d) a anulação da ordem escravista que prevalecia sobre os interesses particulares.
- e) a debandada do grupo político liderado por um proprietário rural republicano.

5. **O partido político que apoiava o Regente Feijó foi o:**

- a) Restaurador b) Brasileiro
- c) Conservador d) Progressista
- e) Liberal

6. **A reforma constitucional elaborada pelos liberais moderados criando as Assembleias Legislativas Provinciais, constava no:**

- a) Ato Constitucional de 1834.
- b) Ministério da conciliação.
- c) Constituição outorgada.
- d) Reforma institucional.
- e) NRA.

7. **Iniciado por holandeses e ingleses, o povoamento consolida-se com os portugueses. Em 1835, é palco do movimento popular da Cabanagem. A economia fica estagnada até o fim do século XIX. O crescimento é retomado com o ciclo da borracha e continua com a produção de madeira e castanha.**

- a) Paraíba
- b) Paraná
- c) Mato Grosso do Sul
- d) Pará
- e) Minas Gerais

8. **O período regencial,**

- a) teve seu início em 1840, quando D. Pedro II assume o poder, declarando-se imperador.

- b) o 1º regente uno eleito foi o padre Feijó.
 - c) teve como 1º regente uno o militar Lima e Silva e marcou o aparecimento da Guarda Nacional.
 - d) foi um período de muita tranqüilidade, sem revoltas nem conflitos entre partidos políticos.
 - e) o regente Araújo ganhou as eleições para regente uno, representando o partido progressista.
- 9. As revoltas do período regencial de caráter popular, ocorridas respectivamente no Maranhão e no Pará, foram:**
- a) Farrapos e Praieira;
 - b) Canudos e Contestado;
 - c) Balaiada e Cabanagem;
 - d) Sabinada e Alfaiates;
 - e) Confederação do Equador e Praieira.

- 10. Uma das alterações na Constituição de 1824 foi a criação da:**
- a) Lei Interpretativa
 - b) Ato Adicional
 - c) Lei de Representação
 - d) Poder Moderador
 - e) Conselho de Estado
- 11. (EsSA 2008) Uma das principais causas da Revolução Farroupilha foram as (os):**
- a) precárias condições de vida dos ribeirinhos amazônicos.
 - b) problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos
 - c) divergências entre senhores de engenho e escravos na Bahia.
 - d) péssimas condições de saneamento básico no Rio de Janeiro
 - e) problemas de relacionamento entre membros do partido liberal paulista e a regência.

BRASIL IMPERIAL – SEGUNDO REINADO

H07

Aspectos administrativos, militares, econômicos, sociais e territoriais.
Crise da Monarquia e proclamação da República

Organizações Políticas do II Império

O primeiro ministério criado após o golpe da maioria foi formado por elementos do Partido Liberal, principais responsáveis pela articulação do golpe e que assumiram o controle político do país. O poder dos irmãos Andradas, os irmãos Coutinho e os irmãos Cavalcante predominavam nesse ministério e por isso ficou conhecido como o Ministério dos Irmãos.

Com a convocação, pelo Imperador, de novas eleições para compor a nova Câmara de Deputados, em 1840, o Ministério dos “irmãos” estava disposto a usar de meios violentos para garantir a vitória dos candidatos do Partido Liberal. Por isso as eleições de 1840 ficaram conhecidas como eleições do cacetete, pois além do uso de bandos de capangas que invadiram os locais de votação, muitas urnas foram adulteradas.

O Partido Conservador não aceitou a vitória dos liberais nestas eleições e pressionaram D. Pedro II para a convocação de novas eleições. Com esses fatos D. Pedro II destituiu a nova Câmara dos Deputados, recém eleita, e convocou novas eleições.

Os liberais de S. Paulo e Minas, não satisfeitos com a subida dos conservadores ao poder, tomaram a dissolução da Câmara como pretexto para fazer estourar a revolução de 1842. Seus mentores eram Teófilo Ottoni, em Minas, e o Padre Diogo Feijó, em S. Paulo. O governo imperial enviou tropas lideradas por Luis Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias (futuro Duque de Caxias), que conseguiu deter esse movimento e prenderam os principais líderes, que só foram anistiados dois anos depois, em 1844.

Liberais e Conservadores, tudo igual!?

De 1840 a 1889, isto é, durante todo o Segundo Reinado, apenas dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, revezaram-se no poder. Estes dois partidos se originaram no Período Regencial com os nomes de Progressista (Liberal) e Regressista (Conservador).

As diferenças entre esses dois partidos, ficavam principalmente no campo do discurso político: os liberais geralmente defendiam um poder político mais descentralizado, com um poder decisivo maior para as províncias, eram favoráveis ao fim do tráfico negreiro, enquanto que conservadores defendiam um Estado central forte; no entanto na prática política

esses partidos muito se aproximavam.

Daí a célebre frase citada por Oliveira Vianna (1883-1954): “Nada mais conservador do que um liberal no poder. Nada mais liberal do que um conservador na oposição.”

Praticamente não havia diferença entre os dois e ambos defendiam, quase que exclusivamente, os interesses da aristocracia. Lutavam entre si apenas pelo poder político e mantinha excluído do poder a maior parte da população brasileira, pois o voto era censitário, isto é, dependia da renda da pessoa.

De 1853 a 1858 houve um período de paz e harmonia entre os partidos. Nesta época, José Honório Carneiro Leão (Marquês de Paraná) criou um ministério formado por homens do Partido Liberal e do Partido Conservador e que se chamou Ministério da Conciliação. Com a extinção desse ministério, em 1858, as lutas recomeçaram.

Em 1869, um grupo de liberais fundou um novo partido, chamado Partido Radical, que deu origem, em 1870, ao Partido Republicano.

Épocas do predomínio dos Partidos:
Regência de Feijó (1835-37) – Liberal
Regência de Araújo Lima (1837-40) – Conservador
1840-41 – Liberal
1841-43 – Conservador
1843-48 – Liberal
1848-53 – Conservador
1853-58 – Conciliação
1858-61 – Liberal
1861-62 – Conservador
1862-68 – Liberal
1868-78 – Conservador
1878-85 – Liberal
1885-89 – Conservador

O Parlamentarismo

Entende-se por Parlamentarismo o regime político em que o chefe do Poder Executivo é o primeiro-ministro. O Parlamentarismo no Brasil surgiu em 1847, quando foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. A partir desse momento, o Imperador, em vez de escolher todos os seus ministros, escolhia apenas o Presidente do Conselho de Ministros. O primeiro-ministro, então, escolhia os demais ministros e formava o seu ministério o qual deveria ser aprovado pela Câmara

dos Deputados em busca do voto de confiança.

No Parlamentarismo brasileiro o imperador exercia um forte poder, pois ele podia dissolver a Câmara ou o Gabinete caso ele não fosse aprovado e convocar novas eleições. Já que D. Pedro II era o chefe do Poder Moderador, o Parlamentarismo que caracterizou grande parte do Segundo Reinado ficou conhecido como "parlamentarismo às avessas", pois no Brasil não era o parlamento a principal força política e sim o imperador, que através do poder moderador podia subordinar os demais poderes.

Desta maneira, D. Pedro II conseguiu a ordem política interna, intercalando gabinetes dos dois partidos que se revezaram no poder até 1889. Ora o ministério era formado pelo Partido Liberal, ora pelo Partido Conservador, e era mantida a autoridade centralizadora do Império.

Aspectos econômicos sociais

A Revolução Praieira (1848)

Pernambuco já passara por muitas revoltas, mas a que explodiu em 1848 tem um caráter muito particular, pois não estava apenas ligada a conflitos entre os partidos do Império, embora os liberais não aceitassem a nomeação de um governador do Partido Conservador para Pernambuco.

Com a decadência do açúcar, o Nordeste brasileiro passou a ser uma das regiões mais pobres do Brasil. A oligarquia que controlava a produção de açúcar e dona das terras era a família Cavalcante e a situação do povo era de extrema miséria. Além disso, todo o comércio pernambucano era monopolizado pelos portugueses.

Em 1848, os rebeldes publicaram um **Manifesto ao Mundo**, de autoria de Borges da Fonseca, e iniciaram a primeira revolta que no Brasil toma caráter universal, pois eram os revoltosos influenciados pelos movimentos sociais europeus, chamado de "A primavera dos Povos". Por meio deste manifesto, os pernambucanos defendiam o voto livre, a liberdade de imprensa e de comércio, a extinção do Poder Moderador e o direito de trabalho aos brasileiros.

As ideias eram divulgadas pelo Diário Novo, localizado na Rua da Praia, cujo principal redator, o General Abreu e Lima, havia sido companheiro de Bolívar nas lutas de independência do Equador, Colômbia e Venezuela. Tratou-se ao mesmo tempo de movimento hostil contra o que eles chamavam de "elemento português", formado pela classe de burgueses ricos que dominavam o comércio de Recife, bem como contra os latifundiários, que constituíam poderosas oligarquias de famílias rurais, ligadas ao Partido Conservador.

A revolta iniciada em Olinda, não durou um ano. Foi sufocada pelas forças do governo. Entretanto, alguns rebeldes, liderados por Pedro Ivo, continuaram resistindo no interior por mais três anos, quando Pedro Ivo foi traído e preso. Em 1852, o governo concedeu anistia aos revoltosos. Completava-se a pacificação interna do país.

A Praieira foi uma das mais significativas revol-

tas sociais do Brasil. Teve a participação das camadas pobres da população pernambucana e encerrou o período de intensa agitação social iniciado no Período Regencial.



A tarifa Alves Branco

As relações entre o Brasil e a Inglaterra, após a independência em 1822, foram marcadas pela crescente dependência econômica brasileira e por abusos da diplomacia inglesa. Para reconhecer a independência brasileira, os ingleses exigiram a renovação dos tratados de 1810, que garantiam taxas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, dando-lhes posição privilegiada no mercado nacional.

A produção de bens manufaturados era muito pequena, não era suficiente para suprir as necessidades internas. Produtos de consumo diário como velas, sabão, tecidos, eram importados. Apesar da economia nacional nesse período entrar num processo de aumento das exportações com o café, a balança de comércio não permitia o acúmulo de capital interno devido essa dependência econômica quanto aos bens industrializados.

Para atenuar esse problema Manuel Alves Branco (1797-1855), Visconde de Caravelas e também ministro da Fazenda em 1840, conhecedor de teorias econômicas clássicas, acreditava que a forma de equilibrar receitas seria o aumento das taxas de importação. Para isso em 1844 foi baixado uma série de tarifas na importação chamadas tarifa Alves Branco, o ministro era defensor do protecionismo alfandegário, as tarifas seriam aumentadas em 30% para produtos importados e 60% para produtos importados com similares já produzidos no Brasil.

A tarifa Alves Branco pretendia:

- Aumentar a receita do Império;
- Incentivar a indústria nacional;
- Equilibrar a balança comercial.

A Inglaterra foi contra a tarifa e articulou algumas questões contra o império.

A Abolição do Tráfico Negro

A Inglaterra aboliu a escravidão em suas colônias em 1807 e iniciou um processo para pressionar os países escravistas a fazer mesmo. Inclusive para reconhecer o Brasil como independente em 1822

cobrou como uma das exigências o fim do tráfico negreiro. Em 1831 o Brasil transformou em lei a proibição do tráfico negreiro nas terras do nosso país, no entanto essa lei nunca foi cumprida plenamente, foi apelidada de “lei para inglês ver”.

Diante do descaso do governo brasileiro, a Inglaterra, em 1845, aprovou uma lei chamada Bill Aberdeen, definindo que a Marinha britânica tinha o direito de aprisionar qualquer navio negreiro.

Diante da pressão inglesa o governo brasileiro promulgou uma nova lei em 1850, chamada de Eusébio de Queiroz, que decretava o fim do tráfico de escravos, tomando ainda, uma série de medidas punitivas e forte fiscalização nos portos, que finalmente extinguíram esse comércio.

A economia cafeeira

O Brasil mesmo após a independência se manteve como um país agro exportador, onde as elites rurais continuaram a predominar. No entanto a produção de café possibilitou mudanças estruturais importantes no nosso país, como uma maior estabilidade econômica no império e a consolidação econômica do centro-sul como centro político e econômico do Brasil em detrimento do nordeste.

O café é uma planta originária da Etiópia e foi muito cultivado entre os árabes, tornando-se mais conhecido na Europa a partir do século XVI. O café foi trazido para o Brasil contrabandeado pelo aventureiro Palheta e foi no século XIX que se difundiu no país, com o declínio da economia mineradora.

Introduzido primeiramente no Pará, logo foi levado para o Rio de Janeiro onde existia infra-estrutura, mão-de-obra escrava disponível, abundância de animais para o transporte e facilidade para o escoamento, dando um grande impulso inicial.

A primeira região onde o café adquiriu importância foi o Vale do Paraíba, localizado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde fazendas de café continuavam a praticar a monocultura do produto, com mão-de-obra escrava e com a produção voltada para o mercado externo. Porém a devastação das matas auxiliares, com uma cultura extensiva e predatória, provocou o rápido esgotamento do solo e a erosão, levando ao declínio da economia cafeeira na região.

O declínio do café no vale do Paraíba e a crescente demanda, provocaram sua expansão, partindo de Campinas, pelo oeste paulista. Encontrando clima propício e um tipo de solo extremamente fértil, conhecido como terra roxa, a produção cafeeira expandiu-se na direção de Ribeirão Preto, e depois alcançou Minas Gerais e o norte do Paraná.

A regularidade do relevo na região, ao contrário do vale do Paraíba onde o café era produzido nas encostas das montanhas, favorecia uma melhor conservação do solo, garantindo por mais tempo a qualidade do café, que era escoado pelo porto de Santos.

A produção cafeeira do Oeste Paulista produziu uma nova aristocracia, os chamados Barões do Café, mais moderna e mais urbana, comparada a tradicional aristocracia açucareira. Investia capital no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação (telégrafos, telefone, estradas de ferro e portos), visando facilitar o escoamento do produto e o acesso às suas propriedades.

Passaram a participar mais intensamente da vida política, atividades financeiras e industriais, aumentando os lucros do café. A presença desta aristocracia nas cidades contribuiu para a implantação de uma infra-estrutura que garantisse uma melhor qualidade de vida (casas, iluminação, sistema de abastecimento de água e transporte).

A produção cafeeira equilibrou a balança comercial brasileira, conservando-se como principal produto de exportação durante todo o Segundo Reinado, tendo os Estados Unidos como principal comprador do café brasileiro.

Foi reforçada a estrutura sócioeconômica tradicional do país, com uma altíssima concentração de riquezas, grande propriedade e monocultura exportadora.

A Era Mauá

No Segundo Reinado, especialmente na década de 1850, a estrutura sócioeconômica brasileira manteve-se elitista e dependente do mercado externo. Entretanto o desenvolvimento da economia cafeeira e o processo de urbanização e industrialização dinamizaram e ampliaram o quadro econômico e social no país. No Segundo Reinado, alguns fatores contribuíram para um surto industrial no país.

- A Tarifa Alves Branco em 1844, que estabeleceu uma política de protecionismo alfandegário.
- A extinção do tráfico negreiro em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz liberando capitais antes aplicados no comércio de escravos, para serem investidos no mercado interno.
- Desenvolvimento da economia cafeeira, que equilibrou a balança comercial brasileira.

Estes fatores favoráveis à indústria provocou um surto de empreendimentos, nos quais se destacou Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que investiu em variados setores da economia urbana: produção de navios a vapor, estradas de ferro, comunicações telegráficas, bancos, obras de infraestrutura pública como iluminação e encanamento de água, etc. Por sua ousadia, passou a ser o símbolo da época, chamada de Era Mauá. No entanto, a força da elite brasileira vinculada à agricultura e a concorrência inglesa, acabaram por sabotar o desenvolvimento industrial. Mauá foi à falência e junto com ele, acabava o surto industrial que levou seu nome.

A Política Externa

A Questão Christie

O Brasil era um país dependente economicamente da Inglaterra e, por isso, sujeito aos abusos dos diplomatas ingleses, que tratavam com pouco caso as populações dos países subordinados. O objetivo de William Dougall Christie, embaixador inglês no Brasil, era manter essa relação de superioridade empreendida pelo seu governo. No entanto algumas das suas atitudes nada diplomáticas em alguns episódios, criaram uma atmosfera desfavorável às relações anglo-brasileiras, marcadas por incidentes que se teriam resolvido prontamente, não fossem os abusos do diplomata inglês.

- O primeiro incidente se deu em 1861, quando o navio inglês Príncipe de Gales naufragou no Rio Grande do Sul e sua carga foi roubada por desconhecidos, com suspeita ainda do assassinato de alguns dos seus tripulantes.
- O segundo incidente se deu em 1862, quando três oficiais da Marinha inglesa, componentes da fragata Fort, foram presos no Rio de Janeiro porque, bêbados, provocaram desordens e desacataram a polícia. Reconhecidas as suas identidades, pouco depois, os oficiais foram colocados em liberdade.

Christie exigiu do governo brasileiro uma indenização de 3.200 libras pela carga do navio e propôs a interferência da Marinha inglesa no inquérito e exigiu também que o Imperador pedisse desculpas à Inglaterra pelos oficiais. O Império não concordou com tal interferência.

O Imperador brasileiro resolveu pagar a indenização; porém não admitiu as outras exigências de Christie. O Imperador resolveu então ignorar Christie e procurou tratar diretamente com o Governo de Londres. O Ministro inglês pôs então em prática suas ameaças, mandando navios ingleses bloquear o porto do Rio de Janeiro e capturar 5 navios mercantes brasileiros.

Pedro II colocou a questão sob a arbitragem de Leopoldo I, Rei da Bélgica. Leopoldo I reconheceu as nossas razões e deu ganho de causa ao Brasil. Os navios foram devolvidos. D. Pedro II resolveu cortar as relações diplomáticas com a Inglaterra, em 1863, retomando relações apenas em 1865.

As Guerras Platinas

Entre 1851 e 1870, o Brasil participou de três guerras na região platina:

- contra Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina;
- contra Aguirre, do Uruguai;
- contra Solano Lopez, do Paraguai.

A região platina é formada pela Argentina, Uruguai e Paraguai e é banhada por três grandes rios: o rio Paraná, o rio Uruguai e o rio Paraguai.

Era uma região de intensa atividade comercial e alguns brasileiros tinham interesses econômicos nela. Para eles, era importante que fosse mantida a liberdade de navegação na bacia platina, porque o Brasil comerciava na área e usava os rios para chegar mais facilmente ao Mato Grosso.

Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852)

Depois da independência, surgiram dois partidos políticos no Uruguai: o Partido Blanco e o Partido Colorado. Eram constantes os conflitos entre os Colorados e os Blancos na disputa pelo poder no Uruguai.

Em 1829, subia ao poder na Argentina Juan Manuel Rosas que, tornando-se caudilho ditador, procurava restaurar a ordem no país. Aproveitando a situação de tensão (a luta entre blancos e colorados no Uruguai e a revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835)) Rosas idealizou restabelecer o Vice-Reinado do Prata.

Inicialmente realizou bloqueios comerciais no rio do Prata. A França foi a primeira a protestar em 1839; logo depois por pressão da Inglaterra frustraram-se seu bloqueio econômico no Rio do Prata.

Em 1851, Oribe, chefe do Partido Blanco, tomou o poder e, com o apoio de Rosas, ditador argentino, fez um bloqueio no porto de Montevidéu, prejudicando o comércio na bacia platina. Isto provocou os protestos de ingleses, franceses e brasileiros; enfim, daqueles que tinham interesses comerciais na região.

No entanto procurando tirar partido da rivalidade franco-britânica, Rosas levou avante o seu plano, aliando-se a Oribe no Uruguai e bloqueando os portos deste país no comércio estrangeiro. Esta aliança praticamente fechava a Bacia do Prata.

Só então a Inglaterra, que observava os acontecimentos, resolveu aproximar-se da França para, numa ação conjunta, porem termo à política de Rosas, que arruinava o comércio estrangeiro no Prata.

Em defesa dos seus interesses econômicos, o Brasil resolveu lutar contra Oribe e Rosas. As tropas brasileiras comandadas por Caxias, aliaram-se às tropas do uruguaio Rivera, que lutava contra Oribe, e às tropas de Urquiza, um argentino inimigo de Rosas.

Uma aliança entre Rivera do Uruguai, o Império brasileiro e o general Urquiza, das províncias argentinas revoltosas de Corrientes e Entre Rios, culminaram na derrota tanto de Oribe (Uruguai), como de Rosas (Argentina). O governo argentino passou para as mãos de Urquiza.

Depois da vitória sobre Oribe, o Brasil partiu para a luta direta contra Rosas. Em 1852, as tropas brasileiras venceram as tropas argentinas na Batalha de Monte Caseros e Rosas fugiu para a Inglaterra.

Guerra contra Aguirre (1864)

Com a chegada ao poder de Atanásio Cruz Aguirre, líder blanco, se iniciou um novo conflito na região do prata, marcada por represálias aos brasileiros que viviam no Uruguai e violações às fronteiras brasileiras através de vários ataques às estâncias gaúchas, com o roubo de gado e ocupações irregulares. Os cidadãos brasileiros estabelecidos naquele país, estimados em 40 mil pessoas, também passaram a ser alvo de perseguições e violência contra essas pessoas e suas propriedades.

O governo brasileiro, pressionado pelos gaúchos, exigiu de Aguirre uma indenização pelo gado roubado e, dando a ele um Ultimatum. Como Aguirre não atendeu às exigências brasileiras, iniciou-se a guerra. As forças brasileiras, comandadas pelo vice-almirante Tamandaré, pelo Marechal Mena Barreto e auxiliadas pelas tropas uruguaias de Venâncio Flores, inimigo de Aguirre e líder do Partido Colorado, derrubaram Aguirre do poder, em 1865.

As tropas brasileiras com apoio do uruguiaio Coronel Venâncio Flores, conquistaram a região de Paysandu, Vila do Salto, e no início de fevereiro de 1865 sitiaram a capital Montevideú, que capitulou com a deposição de Aguirre em 15 de fevereiro deste ano.

Com a queda de Aguirre o Uruguai passou a ser governado pelo colorado Venâncio Flores, que foi aliado do Brasil na derrubada do presidente uruguiaio.

A Guerra do Paraguai (1864-1870)

A Guerra do Paraguai também chamada de Guerra da Tríplice Aliança foi o mais longo conflito da América do Sul. Envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai.

O Paraguai, desde a sua independência em 1811, procurou se isolar dos conflitos platinos até a subida do ditador Francisco Solano Lopez, que preocupado com a situação vulnerável do Paraguai quanto as suas relações com o exterior, provocada pelo fato do país não ter uma saída direta para o mar, iniciou uma postura mais agressiva buscando a conquista da liberdade de navegação no estuário do Prata e um caminho rumo ao Oceano Atlântico. Mas para isso ele entraria em conflito com os interesses da Argentina, Brasil e Uruguai na região.

O Paraguai, antes da Guerra, podia servir de exemplo para os outros países sul-americanos. Era um país que não dependia economicamente de ninguém. Não admitia o capital estrangeiro e possuía uma moeda extremamente forte. Sem o capital estrangeiro o Paraguai havia criado siderurgia, estradas de ferro, telégrafos, fábricas de armas e de pólvora, fábrica de tecidos, de material para construção, de papel, de tinta etc. Na época de Francisco Solano Lopez, foi criado o serviço militar obrigatório, se concedeu terra aos camponeses, o governo controlava várias fazendas e não havia analfabetos no país.

O presidente Francisco Solano Lopez tinha uma pretensão imperialista, que era a de formar o Grande Paraguai, formado pelo Paraguai, pelo Uruguai, por regiões argentinas, pelo Rio Grande do Sul e pelo Mato Grosso, assim tendo uma saída para o Oceano Atlântico.

O nacionalismo econômico paraguaio perturbava os interesses da Inglaterra, interessada em explorar os sul-americanos. A Inglaterra temia que o nacionalismo paraguaio fosse exemplo para outros países como Brasil e Argentina.

Por tudo isso, a Inglaterra estimulou o conflito contra o Paraguai. Para ela era fundamental que Solano Lopez e o nacionalismo econômico paraguaio desaparecessem. Para a Inglaterra não foi difícil apoiar o Brasil e a Argentina a fazerem a guerra contra o Paraguai, porque Solano Lopez pretendia conquistar terras destes dois países para formar o Grande Paraguai.

A Guerra

A Guerra do Paraguai começou com a ofensiva paraguaia quando Solano Lopez mandou apri-sionar o navio brasileiro Marquês de Olinda e todos os seus tripulantes, que se dirigia para o Mato Grosso e se encontrava perto de Assunção, capital do Paraguai, com a justificativa de que o Brasil violou o governo uruguiaio, em novembro de 1864.

Na primeira fase da guerra os avanços foram das tropas paraguaias do forte Coimbra no Mato Grosso, Corumbá, quase conquistando a capital Cuiabá, que só não foi tomada pois os paraguaios centralizaram seus esforços em direção sul. Em 1865, Solano Lopez atravessou um pedaço do território argentino com a finalidade de conquistar o Rio Grande do Sul. A Argentina reagiu a esta invasão do seu território e entrou na guerra ao lado do Brasil.

Tríplice Aliança		
Brasil	Uruguai	Argentina

O tratado da Tríplice Aliança foi assinado em maio de 1865. A vantagem do exército paraguaio era muito grande, seu exército bem preparado e a armada chegava a 60 mil homens, enquanto que o da Tríplice Aliança representava um terço deste número. O Brasil foi o que mais enviou soldados (8 mil homens) e em sua maioria não eram treinados, pois a maioria do contingente brasileiro foi formada pelos Voluntários da Pátria, cidadãos que se apresentavam para lutar.

A vantagem dos brasileiros estava em sua marinha de guerra: 42 navios com 239 bocas de fogo e cerca de quatro mil homens bem treinados na tripulação. E a maior parte da esquadra já se encontrava na região do Prata, onde havia atuado na intervenção contra Aguirre. A vitória do Almirante Barroso, na Batalha do Riachuelo (1865), foi decisiva para a libertação do Rio Grande do Sul e para a condução do conflito pois deteve a ofensiva de López, que passou a se defender. Os paraguaios,

chefiados pelo General Estigarribia, renderam-se em Uruguiana.

Fortalecidos os aliados, sob o comando de Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina e comandante da Tríplice Aliança, agora com um exército de 50 mil homens bem treinados, iniciaram a invasão do território Paraguaio no final de 1865.

Em 1866 travou-se a Batalha de Tuiuti, considerada a maior batalha campal da América do Sul. Depois de vitorioso nesta batalha, o General Osório, comandante das forças brasileiras, foi substituído por Caxias, dando início à segunda fase da guerra do Paraguai. Caxias foi responsável por uma série de vitórias nesta guerra, como, por exemplo, as sucessivas vitórias no mês de dezembro de 1868, (dezembrada), em Itororó, Aval, Angostura e Lomas Valentinas.

Em janeiro de 1869, Caxias entrou vitorioso em Assunção e pouco depois deixou o comando da guerra para o Conde D'Eu (Príncipe Gastão de Orleans), genro de Pedro II.

O Conde D'Eu empreendeu violenta perseguição a Solano Lopez. Foi a Campanha das Cordilheiras, que teve a Batalha de Campo Grande e a Batalha de Cerro Corá, onde morreu o ditador paraguaio, com um tiro do Cabo Chico diabo. Estava terminada a guerra (1º de março de 1870).



Fases da guerra	Comandantes
1ª Fase	Marechal Osório (Marques de Herval)
2ª Fase	Luis de Lima e Silva (Duque de Caxias)
3ª Fase	Gastão de Orleans (Conde D'EU)

Consequências da Guerra

A Guerra deixou profundas marcas tanto no Brasil como no Paraguai.

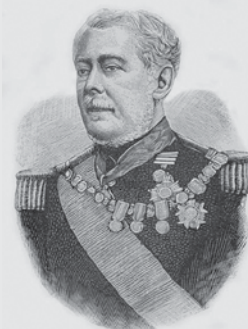
O Paraguai ficou arrasado. Aproximadamente 80% dos homens paraguaios morreram na guerra e os que sobraram eram na maioria velhos, crianças e aleijados. O povo paraguaio passou a viver basicamente da agricultura, por que a sua indústria foi paralisada. O Paraguai ficou endividado com o Brasil e a dívida foi perdoada, em 1943, por Getúlio Vargas. Ainda teve perdas territoriais.

Quanto ao Brasil, as consequências também foram amplas. Morreram milhares de brasileiros. Os gastos com a guerra afetaram bastante a nossa economia e o governo foi obrigado a pedir novos empréstimos externos. Com isso aumentou ainda mais a nossa dívida externa.

Ao terminar a guerra passamos a ter um Exército vitorioso e modernizado, onde muitos oficiais, geralmente vindos da classe média, não admitiam mais o Império escravista e passaram a aderir às campanhas abolicionistas e republicanas, como veremos depois.

O Exército passava a ser, também, a possibilidade de ascensão para os ex-escravos e outras pessoas de baixa condição social. O crescimento do exército como força política e o contato de seus oficiais com Repúblicas como Argentina e Uruguai, onde os militares tinham uma posição de liderança política, alimentou nos oficiais brasileiros o desejo de maior participação nos destinos do império, fato que proporcionou o enfraquecimento de D. Pedro II.

Um Herói de Verdade Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) - Patrono do Exército Brasileiro



Nasceu na região da Serra da Estrela, atual município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, a 25 de agosto de 1803, filho de Francisco de Lima e Silva, futuro regente do Império. Assentou praça como cadete aos cinco anos de idade, com concessão especial do Imperador D. Pedro I. Aos 15 alcançou o posto de alferes e aos 20 concluiu o curso da Real Academia Militar com distinção. Veterano da independência, destacou-se na Bahia, combatendo as tropas de Portugal, que resistiam à emancipação. Lutou na guerra da Cisplatina. Tendo sido promovido ao posto de major e designado para o comando do batalhão do imperador, tropa de elite subordinada a D. Pedro I. Após a abdicação, de Pedro I, chefiou a polícia militar da corte e atuou nas lutas do período regencial. Pacificou a Balaiada no Maranhão (1841), e as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, foi um dos responsáveis pelo fim da revolução Farrroupilha, tendo negociado de forma favorável a paz. Foi Presidente da província do Maranhão (1839-41) e do Rio Grande (1842-46), lutou contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), entre 1851 e 1855. Participou da guerra do Paraguai, assumindo a liderança do Exército Imperial em 1866, onde reorganizou o Exército Imperial, dando uma estrutura

profissional ao mesmo, e preparando para a vitória na guerra. O certo é que seu desempenho à frente das forças aliadas concorreu de modo inquestionável para o triunfo final sobre o inimigo. Dentre outros episódios, celebrou-se nos combates de Estabelecimento, Avaí, Lomas Valentinas, (a famosa Dezembrada) e a entrada vitoriosa em Assunção. Ocupada a capital paraguaia, o marechal deu por encerrada a sua missão, retornando ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1869. Senador pelo Rio Grande do Sul desde 1846, integrava o Partido Conservador. Ocupou a pasta da Guerra por três vezes, sendo que, em 1855, no governo do marquês de Paraná, contribuiu para a política de conciliação, assumiu a presidência do Conselho, função que voltaria a ocupar no 16º e 26º gabinetes do Segundo Reinado, sendo que em 1875 coube-lhe encerrar a Questão Religiosa, concedendo anistia aos bispos de Olinda e do Pará. Homem de confiança de D. Pedro II, recebeu o título de barão de Caxias (1841), sendo elevado sucessivamente a conde (1845), marquês (1852) e Duque (1869), o único da nobiliarquia brasileira fora da família imperial. Faleceu a 8 de maio de 1880, na fazenda Santa Mônica, na província do Rio de Janeiro.

Crise da Monarquia e proclamação da República

A crise do Império brasileiro está relacionada com as transformações que ocorreram na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, principalmente com as transformações ocorridas a partir de 1870, isto é, após a Guerra do Paraguai. Com o fim da guerra várias questões explodiram no Brasil como, por exemplo, a Questão Militar, a Questão Religiosa e a Questão Abolicionista.

Essas questões, em conjunto, formam as causas da queda do Império e da Proclamação da República, porque o poder do governo imperial se sustentava principalmente na escravidão, no Exército e na Igreja Católica.

A questão abolicionista se estabeleceu quando, em 13 de maio de 1888, o governo perdeu o apoio de muitos senhores de escravos, pois o império colocava fim em séculos de escravidão e não previa a indenização das elites escravocratas. Desta forma esse grupo social, que foi um dos pilares do império, se sentindo traído pelo governo acabou também abandonando a defesa da monarquia e muitos passaram, inclusive, a defender a instalação da República.

A Igreja Católica também apresentou alguns problemas com o governo imperial. Nesse período havia o sistema do Padroado, onde a igreja católica fazia parte do governo e as ordens do Papa passavam pela autorização do Imperador. O Papa Pio IX decretou uma Bula que defendia o combate às ideias da maçonaria. Mesmo com o Imperador não aprovando essa Bula, alguns bispos, em 1872, perseguiram membros da maçonaria em Belém e Olinda e o governo mandou prendê-los gerando a chamada Questão Religiosa. Muitos membros do clero católico acharam exageradas as decisões

do imperador, gerando uma insatisfação crescente nesta instituição que sempre apoiou o governo imperial.

O Exército começou a lutar contra o governo porque, apesar de ter saído da Guerra do Paraguai vitorioso, fortalecido e modernizado, continuava marginalizado pela aristocracia, dona do poder. Como eram marginalizados, os militares do Exército começaram a lutar pela participação no poder político e adotaram as ideias republicanas. Além disso, os militares passaram a acreditar que só o Exército poderia salvar o país da crise econômica, dos problemas sociais, das fraudes nas eleições, da corrupção política.

A partir da Guerra do Paraguai muitas ideias políticas começaram a se desenvolver entre os militares do Exército. Muitos passaram a admitir o ideal militar de salvação nacional, ou seja, a ideia de que só o Exército poderia salvar o país. Acreditavam que a função do Exército não era apenas defender a nação, mas também salvar o Brasil dos seus problemas políticos, sociais e econômicos, e que isto só seria possível com a participação dos militares no poder.

Entretanto, para os militares chegarem ao poder, era preciso derrubar o governo que estava nas mãos da aristocracia, classe social responsável pela marginalização política do Exército.

O principal responsável pela divulgação das ideias republicanas dentro do Exército foi Benjamim Constant, militar, professor na Escola Militar do Rio de Janeiro e um dos principais responsáveis pela Proclamação da República.

Defendendo as ideias republicanas, o ideal militar de Salvação Nacional e as ideias de "Ordem e Progresso", os militares do Exército se uniram aos cafeicultores e derrubaram o Império no dia 15 de novembro de 1889.

A filosofia Positivista

Considerando a ciência como a mais alta realização da mente, os positivistas buscaram aplicar ao estudo da sociedade uma abordagem empírica rigorosa. Acreditavam que o filósofo tinha de proceder como um cientista, juntando e classificando cuidadosamente os dados e formulando regras gerais que demonstrassem uma regularidade na experiência social. Tal conhecimento, fundamentado em fatos concretos, forneceria critérios úteis ao planejador social.

Augusto Comte (1798-1857), fundador do Positivismo, pregava que a história e a sociedade deveriam ser tratadas sob uma abordagem puramente científica: somente mediante uma compreensão adequada das leis que regem os negócios humanos, afirmava ele, a sociedade, que se encontrava num estado de anarquia intelectual, podia ser reorganizada racionalmente. Comte deu o nome de positivismo ao seu sistema, pois acreditava que este se fundamentava no conhecimento proveniente de fatos observados, podendo portanto ser constatado empiricamente.

Entre os militares brasileiros essas ideias foram muito divulgadas, e foi um dos motivos para crescer as ideias republicanas nesta instituição, pois para Comte os governos monárquicos representavam o atraso e, ainda, entre os nossos militares positivistas predominava a ideia do soldado-cidadão, como o elemento capaz de desenvolver o país para o progresso com a criação de um governo ordeiro que busca o progresso com a modernização da sociedade, especialmente através da expansão dos conhecimentos científicos e da indústria.

A Questão Militar

A questão militar foi uma série de episódios ocorridos entre oficiais do Exército que criticavam a corrupção no império. Desde o final da guerra do Paraguai começa a surgir um ambiente de tensão entre os oficiais do Exército, insatisfeitos com as limitações de seus direitos de cidadania. A partir de 1875, professores e jovens oficiais oriundos da Escola Militar da Praia Vermelha, desejosos de ter maior peso nos debates nacionais e pôr em prática as doutrinas positivistas aprendidas na Escola Militar, começam a contestar mais violentamente as falhas do Império. Além disso, a vitória sobre o Paraguai fez crescer o orgulho dos Militares. Suas principais reivindicações centravam-se no direito de reunião e de livre manifestação política.

O primeiro episódio da questão militar está relacionado a apresentação na Câmara dos Deputados, em 1883, de uma proposta de reforma do montepio militar. Para contestá-la, organizou-se um "Diretório" na Escola Militar, presidido pelo tenente-coronel Antônio de Sena Madureira. Ex-combatente da Guerra do Paraguai, prestigiado pelos colegas de farda, Sena Madureira escreveu em jornais para combater a reforma. Este fato levou a sua transferência para o Rio Grande do Sul. Ele ficou conhecido como "revolucionário e republicano".

Em 1885, temos o caso de Cunha Matos, o mais grave de todos os incidentes entre a Coroa e os militares. O coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, outro veterano da Guerra do Paraguai, após inspecionar as guarnições do Piauí, denunciou as irregularidades cometidas pelo capitão Pedro José de Lima, ligado ao Partido Conservador. O deputado Simplicio Rezende, do mesmo partido, tomou a defesa do capitão na tribuna da Câmara. Desautorizou Cunha Matos, chamando-o de "traidor e covarde", na presença do ministro da Guerra, deputado Alfredo Chaves. O oficial criticou publicamente o ministro por sua indiferença em face dos ataques dirigidos pelo deputado a um militar, levando o ministro a repreender e prender Cunha Matos. Foi o estopim da crise. A oficialidade, por sua vez, considerou as punições aos colegas uma ofensa coletiva e questionou o governo sobre o direito de livre manifestação da classe militar. Para dirimir a questão, o gabinete consultou o Supremo Tribunal Militar, que emitiu parecer favorável à liberdade de expressão dos militares pela imprensa. Em vista disso, 200 oficiais do Exército, liderados por Deodoro, propuseram ao

governo tornar sem efeito a repreensão a Cunha Matos e Sena Madureira. O barão de Cotegipe aceitou revogá-la, desde que os interessados o solicitassem.

Em 2 de fevereiro de 1887, oficiais e cadetes se reuniram no teatro Recreio Dramático, no Rio de Janeiro, sob a presidência de Deodoro. Aprovaram um documento com as principais reivindicações dos militares e conferiram ao velho marechal plenos poderes para apresentá-lo ao imperador. Em audiência com D. Pedro II, Deodoro conseguiu não só a revogação do ato que proibia a manifestação de militares pela imprensa, como ainda o afastamento do ministro da Guerra.

A Questão Religiosa

É importante observar que, ao mesmo tempo em que estava ocorrendo a campanha abolicionista, ocorria a campanha republicana, a luta do Exército contra o Trono e a crise dos bispos do Brasil com a submissão ao Estado. A submissão da Igreja ao Estado se definia pelo Padroado e pelo Beneplácito.

O Padroado era o direito que o Imperador tinha de intervir na nomeação de sacerdotes e na construção de igrejas. O Beneplácito era o direito do Imperador de examinar todas as ordens vindas do Vaticano. Estas ordens só entrariam em vigor no Brasil após o placet, isto é, após o consentimento imperial. Desta maneira, a autoridade dos bispos era limitada.

Em 1864, o Papa Pio IX, através da Bula Syllabus, proibiu os padres de participarem da maçonaria e esta proibição não foi aceita pelo governo imperial. Em 1874, o Bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira, e o Bispo de Belém do Pará, D. Antônio Macedo Costa, em obediência à Bula Syllabus, mandaram fechar todas as irmandades religiosas em Pernambucano e Pará cujos membros não tivessem se afastado da maçonaria.

O governo agiu energicamente contra os dois bispos. O primeiro-ministro, Visconde do Rio Branco, mandou prender os bispos e os condenou a quatro anos de reclusão com trabalhos forçados.

É certo que, no ano seguinte, Caxias, nomeado primeiro-ministro, concedeu liberdade aos bispos. Porém, o Império, com a prisão dos bispos, perdeu a simpatia do clero e da população. Mais uma importante coluna de apoio ao Império caía.

O Movimento Republicano

Durante o Segundo Reinado, dois partidos políticos se revezaram no poder: o Liberal e o Conservador.

Entretanto, em 1868, uma briga entre os liberais provocou uma divisão do Partido e um grupo deles fundou um novo partido, chamado Partido Radical, em 1869.

Em 1870, os membros do Partido Radical publicaram um manifesto que dizia: "Somos da América e queremos ser americanos". Este

manifesto, assinado por homens como Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana, Saldanha Marinho e outros, deu origem ao Partido Republicano.

O Partido Republicano nasceu de uma proposta de descentralização política, de Federação, isto é, de autonomia das províncias e dos municípios.

Em 1873, na cidade paulista de Itu, foi criado o Partido Republicano Paulista (PRP), um dos principais partidos republicanos responsáveis pela Proclamação da República.

A questão abolicionista

Os senhores de escravos do Vale do Paraíba mantinham seu apoio ao Brasil monárquico. Depois de 1850, com o fim do tráfico de escravos, cresceu no Brasil as campanhas abolicionistas, que conquistou a adesão de vários setores da sociedade. O fim da escravidão era uma discussão muito presente na segunda metade do século XIX, mas com a expansão do café e o poder das oligarquias rurais, essa decisão ficava sempre para mais tarde, e mesmo assim as elites escravistas defendiam a abolição através de indenizações aos donos de escravos.

Foram promulgadas no Império as leis abolicionistas:
Lei Eusébio de Queiroz (1850), que decretou o fim do tráfico negro.
Lei do Ventre Livre (1871)
Lei do Sexagenário (1885) ou Lei Saraiva-Cotegipe
Lei Áurea (1888), assinada pela Princesa Isabel.

No entanto, o governo imperial representado pela Princesa Isabel assinou a Lei Áurea em 1888, acabando com a escravidão e sem indenizações, gerando uma grande insatisfação com as elites rurais, levando à Questão abolicionista.

Causas e consequências

O Império brasileiro e suas instituições se encontravam em franco processo de deterioração, não acompanhando as transformações que se processavam na economia e na sociedade.

As transformações econômicas e sociais que se operaram no Brasil a partir de 1850, estavam diretamente ligadas ao café, em expansão no Oeste Paulista. A expansão das lavouras exigia cada vez mais mão-de-obra e a Inglaterra já havia pressionado o Império brasileiro no sentido de suspender o tráfico de escravos. Daí a substituição pelo trabalho livre do imigrante. O senador Vergueiro foi o primeiro a trazer imigrantes para o Brasil criando as colônias de Parcerias.

Ao lado dessas transformações, o surgimento de um forte e organizado setor da economia colaborava para o desenvolvimento das comunicações e transportes: a cafeicultura.

Esse novo setor desenvolvido no Oeste Paulista significava uma nova força econômica que não possuía, entretanto, o poder político. Seus repre-

sentantes almejavam um regime de autonomia, pois só assim poderiam se expandir. O Império, entretanto, era unitarista, tirando dos grupos regionais o poder das decisões. Para o cafeicultor o regime que melhor se afinava com seus interesses era o de uma República Federativa, pois, além de descentralizar o poder nos Estados, ainda possibilitaria o domínio do governo como um instrumento dos seus interesses de classe dominante economicamente.

Causas da Proclamação da República
Entre os elementos responsáveis pela crise do Império, temos:
■ O predomínio das novas regiões cafeeiras na economia do país;
■ O ideal de federação, que levaram muitos a apoiarem os republicanos, contra o unitarismo imperial;
■ Influência do positivismo de Augusto Conte, largamente difundido por Benjamim Constant entre os militares;
■ A abolição da escravidão sem indenização, que privou o Imperador do apoio dos grandes senhores de escravos;
■ A questão religiosa.

O golpe de 15 de novembro

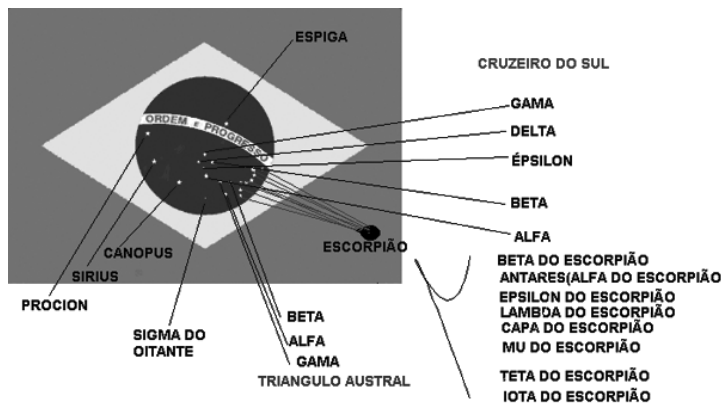
Na noite de 15 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca, de grande prestígio no Exército, coloca-se à frente das tropas reunidas no Campo de Santana, pois alguns militares republicanos espalharam o boato de que Benjamim Constant, tenente-coronel divulgador de ideias republicanas e positivistas, tinha sido preso. Deodoro depôs o ministério do Barão de Ouro Preto e o Imperador não consegue contornar a crise, mesmo nomeando um novo ministério. Deodoro proclama a República no mesmo dia. Nascia a República, ficando o governo provisório nas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca.

A Primeira República ou República Velha vai de 1889 a 1930. Os primeiros cinco anos da República, entretanto, foram marcados pela presença de militares nos cargos presidenciais, daí a denominação de "REPÚBLICA DE ESPADA" (1889/94).

A Bandeira republicana

Pelo decreto 4, de 19/11/1889 (razão de nessa data ser comemorado o Dia da Bandeira) foi definido o pavilhão definitivo, mantido até hoje com modificações mínimas. Foi o ministro da Guerra, Benjamin Constant, quem lembrou o nome do professor Raimundo Teixeira Mendes, presidente do Apostolado Positivista do Brasil, para idealizá-la. Ele teve a colaboração do Dr. Miguel Lemos e do professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica. O desenho foi executado pelo pintor Décio Vilares.

A faixa branca em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda "Ordem e Progresso" - cuja posição exata na ban-



deira não constou no decreto que a criou, foi motivo de dúvidas e especulações. Alguns diziam ser ela a Eclíptica (círculo máximo da esfera celeste, correspondente à trajetória do Sol em seu movimento anual aparente, em torno da Terra, cujo plano forma com o do Equador um ângulo de $23^{\circ}27'$). Outros acreditavam tratar-se do Equador Celeste, e outros ainda afirmavam que se tratava da Zona Zodiacal ou Zodíaco.

Mas essa faixa branca é apenas um espaço destinado a receber a expressão positivista "Ordem e Progresso", parte de um dos lemas mais conhecidos do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o fundador do Positivismo. Esse movimento contava com muitos seguidores no Brasil, entre eles o professor Raimundo Teixeira Mendes.

2. As bases políticas de sustentação do Segundo Império eram:

- a) a Marinha, o Exército e os escravos.
- b) a Indústria, os Fazendeiros e os jornalistas.
- c) o Exército, os Fazendeiros e a Igreja.
- d) As Câmaras municipais, os fazendeiros e a Igreja.
- e) Classe média Urbana, os escravos e a imprensa.

Resposta: Letra C. O Exército, os fazendeiros e a Igreja eram a base de sustentação do II Império.

3. O ano de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, assinalam importante fato, que teve como uma de suas consequências imediatas a (o)

- a) crise de mão-de-obra para a lavoura cafeeira em desenvolvimento;
- b) fracasso da expansão da agricultura da cana-de-açúcar;
- c) decadência da exploração da mineração em Minas Gerais;
- d) aumento do fluxo de imigrantes europeus para o Brasil;
- e) libertação dos filhos de escravos que viessem a nascer dali por diante no Brasil.

Resposta: Letra D. A lei Eusébio de Queiroz determinou o fim do tráfico negreiro e consequente procura por mão-de-obra imigrante no Brasil.

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

1. Houve um estremecimento nas relações entre os Estados inglês e brasileiro, na primeira metade do século XIX, em consequência da forte pressão que a Inglaterra exerceu sobre o Brasil a partir do reconhecimento da Independência (1826). Tais pressões decorreram:

- a) da anexação do Uruguai por D. Pedro e da sua transformação em Província Cisplatina, limitando o comércio inglês no Prata.
- b) da oposição inglesa aos privilégios alfandegários concedidos, desde 1819, aos produtos portugueses importados pelo Brasil.
- c) dos incentivos do governo brasileiro à exportação de algodão, o que tornava este produto mais barato do que o produzido nas colônias britânicas.
- d) do início da imigração europeia para o Brasil, fato que poderia levar à industrialização e à diminuição das importações de produtos ingleses.
- e) da oposição do Estado inglês ao tráfico negreiro que o governo brasileiro, depois de resistir, proibiu, em 1850.

Resposta: Letra E. A Inglaterra pressionava o Império para que este acabasse com o tráfico negreiro e com a escravidão.

PRATICANDO

1. Sobre a estrutura política do Brasil durante o Segundo Reinado, podemos afirmar:

- a) o Parlamentarismo brasileiro foi uma cópia do britânico, refletindo politicamente o controle econômico que os ingleses exerciam na época sobre o país;
- b) a partir de 1870, quando surgiu, o Partido Republicano teve possibilidades de concorrer vantajosamente com os Partidos Liberal e Conservador, que até então dominavam o cenário político;
- c) embora parlamentarista, a Monarquia brasileira, na verdade, continuava concentrando poderes nas mãos do Imperador, árbitro das questões que pudessem opor o Conselho de Ministros à Câmara dos Deputados;
- d) as grandes reformas sociais e políticas, tais como a extinção do tráfico de escravos e a abolição, foram obras do Partido Liberal, em função do seu programa e de sua ideologia;
- e) embora a Carta Outorgada de 1824 fosse mantida, as reformas eleitorais empreendidas durante o reinado de D. Pedro II possibilitaram a participação ampla das diversas camadas sociais no processo de escolha de Deputados e Senadores.

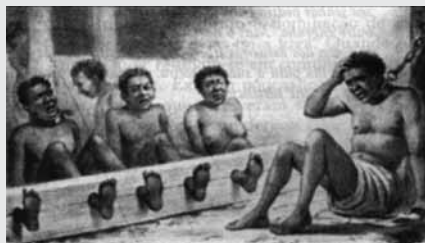
2. A aplicação da Bula Syllabus, de Pio IX, sem autorização de D. Pedro II, gerou um desentendimento entre a Igreja e o Trono. Esse desentendimento tomou o nome de Questão

- a) Padroado;

- b) Confrarias;
c) Beneplácito;
d) Religiosa;
e) Autos de Fé.
- 3. Examinando-se o processo da evolução política brasileira no século XIX considera-se CORRETA a afirmativa:**
- a) A instituição do voto secreto só se implantou entre nós com a Constituição promulgada de 1891;
b) Pelo Ato Adicional à Constituição do Império determinava-se o aparecimento do Município Neutro bem como passavam a existir as Assembleias Provinciais;
c) Quando se extinguiu um mandato de Senador no Império, o Poder Moderador, exercido pelo Imperador mandava que se fizessem eleições indiretas para depois nomear um dos três mais votados;
d) Quando D. Pedro II instituiu, em 1847, o cargo de 1º Ministro procedeu a uma consulta ao povo, isto é, fez um plebiscito;
e) A Pasta ministerial intitulada no Império, administrava tudo que dizia respeito à política interna, inclusive as finanças e a justiça.
- 4. Assinale a informação correta sobre o II Império:**
- a) No século XIX já éramos exportadores de produtos manufaturados para a Inglaterra;
b) A utilização da mão-de-obra assalariada começou em São Paulo, antes de Lei Áurea;
c) São Paulo é, ainda hoje, o maior produtor de café entre os estados brasileiros;
d) O plantio do café iniciou-se no Vale do Paraíba e caminhou em seguida para o oeste Paulista;
e) Em meados do século XIX, o café perdia a liderança na luta das exportações brasileiras.
- 5. O Positivismo é uma filosofia francesa que influenciou decisivamente no Brasil**
- a) para os eventos da Questão Religiosa em 1873;
b) na criação da Maçonaria;
c) na abdicação de D. Pedro I;
d) na entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial;
e) na origem e formação da República.
- 6. Gabinete Reformista instituído por D. Pedro II antes da Proclamação da República era chefiado por:**
- a) Eusébio de Queiroz
b) Irineu Evangelista de Souza
c) Nicolau de Campos Vergueiro
d) Visconde de Ouro Preto
e) Zacarias de Góes Monteiro
- 7. Comandante da segunda fase da guerra do Paraguai, liderou a dezembrada:**
- a) Marques de Erval.
b) Conde D'Eu.
c) Duque de Caxias.
d) Visconde de Porto Alegre.
e) Conde de Baral.

- 8. Um dos objetivos do Império na sua política platina era:**
- a) garantir o governo Oribe;
b) impedir a reconstituição do Vice-Reino de Buenos Aires;
c) preservar nossa hegemonia no Prata;
d) resguardar as fronteiras de Mato Grosso;
e) defender a posição de López no Paraguai.
- 9. A revolta conhecida pela denominação de Praieira ocorreu em 1848 na Província de:**
- a) Pará.
b) Maranhão.
c) Pernambuco.
d) Bahia.
e) Minas Gerais.
- 10. "Se o despotismo atrever-se
A sair do seu covil
Ferro e fogo encontrará
Nos valentes cinco mil."
Os versos acima foram extraídos de um Hino dos Praieiros, isto é, dos revoltosos pernambucanos, que questionaram o conservadorismo vigente sob o império. A respeito deste movimento podemos afirmar que:**
- expressa o descontentamento popular em relação à forma como se organizava a economia da Província: latifúndios concentrados nas mãos de poucos e comércio monopolizado por estrangeiros;
 - pode ser relacionado à mudança de orientação na política do Império que, em 1848, instituiu um governo conservador, visto, no ver dos liberais radicais, como "despótico";
 - sofreu influências das Revoluções Liberais européias de 1848 e do pensamento socialista utópico, tendo, no entanto, resguardado as suas críticas à sociedade a permanência do trabalho escravo;
 - situa-se enquanto marco divisor entre um período "despótico" e um período em que os liberais radicais assumiram o controle político do Império.
- Assinale:
- a) se somente a afirmativa 1 está correta.
b) se somente a afirmativa 2 está correta.
c) se somente as afirmativas 3 e 4 estão corretas.
d) se somente as afirmativas 1, 2 e 3 estão corretas.
e) se somente a afirmativa 4 está correta.
- 11. A afirmação de que "o partido que sobe entrega o programa de oposição ao partido que desce e recebe deste o programa de governo", relacionada aos partidos políticos do Segundo Reinado, subentende que:**
- a) os políticos do Império sempre tiveram plataformas de atuação definidas;
b) os conservadores conduziram a vida partidária do Império, mas os liberais governavam;
c) a ameaça de radicalizações obrigava os partidos políticos à coesão;
d) sendo a conciliação ideal constante na vida política do país, os partidos pouco se diferenciavam na prática;

- e) as divergências entre as várias classes da sociedade brasileira estavam representadas nos programas partidários.
12. **No último período da Guerra do Paraguai as forças brasileiras estiveram sob o comando em chefe do:**
- Duque de Caxias.
 - Marquês de Herval.
 - Visconde de Pelotas.
 - Conde d'Eu.
 - Visconde de Taunay.
13. **Há mais de um século, teve início no Brasil um processo de industrialização e crescimento urbano acelerado. Podemos identificar, como condições que favoreceram essas formações a (o) (s):**
- Crise provocada pelo fim do tráfico de escravos que deu início à política de imigração e liberou capitais internacionais para a instalação de indústrias.
 - Lucros auferidos com a produção e a comercialização do café, que deram origem ao capital para a instalação de indústrias e importação de mão-de-obra estrangeira.
 - Crise da economia açucareira do Nordeste que propiciou um intenso êxodo rural e a conseqüente aplicação de capitais no setor fabril em outras regiões brasileiras.
 - Capitais oriundos da exportação da borracha amazônica e da introdução de mão-de-obra assalariada nas áreas agrícolas cafeeiras.
 - Crise da economia agrícola cafeeira, com a abolição da escravatura, ocasionando a aplicação de capitais estrangeiros na produção fabril.



Gravura de Ângelo Agostino, Na revista Ilustrada. Novembro de 1887.

14. **Observando a figura de escravos acorrentados no Brasil Império, a mão de obra escrava ainda era utilizada em grande escala, na década de 80 do século XIX, principalmente na região do (da):**
- Vale do Paraíba.
 - Campos Gerais.
 - Oeste paulista.
 - Vale do Rio Solimões.
 - Norte do Paraná.
15. **"... Por se entender o Império como 'um e único', se o entende também como um continente que, sob a direção de uma elite ilustrada, deve conter a Nação brasileira – 'a associação de todos os brasileiros' – até mesmo porque tem-se clareza da sua frágil coesão, como resultante da instituição que a fundamenta e que, não obstante, deve ser preservada: a escravidão" (MATTOS, Ilmar R. O Tempo Saquarema. RJ,**

Hucitec, 1987, p. 85). A citação anterior se refere a um aspecto do processo de construção do Estado Imperial pouco destacado pelas análises usuais, sugerindo que:

- O projeto de unificação e de centralização política do Império brasileiro foi executado pela elite ilustrada de todo o país que, para ser bem sucedida, impôs a escravidão como instituição nacional, através do uso da violência;
 - Os projetos de implantação de repúblicas na América Latina pós-independente não tiveram eco no Brasil, devido ao forte sentimento de união de todos os brasileiros;
 - A escravidão, devido à sua fragilidade, determinou que o processo de construção do Estado nacional fosse pacífico e ameno;
 - O projeto de unificação e de centralização política do Império brasileiro correspondeu aos interesses do grupo dominante da Corte no Rio de Janeiro, subordinando, pela violência, outros projetos políticos de origem regional diversa;
 - A escravidão só poderia ser mantida no Brasil pós-independente se a Coroa construísse um Império de dimensões continentais, o que explica as revoltas do período regencial.
16. **Para muitos autores, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no Brasil, está diretamente atrelada à chegada das levas de imigrantes italianos ao país. Assinale a opção que esclarece, de forma coerente, a questão que incentivou as levas de imigrantes:**
- Ao contrário do enunciado acima, a transição para o trabalho livre teve início com a chegada de imigrantes alemães a todo o país.
 - A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, feita conforme o enunciado indica, foi uma realidade em todo o país.
 - A ausência de imigrantes italianos em determinadas regiões explicaria o seu atraso econômico.
 - A chegada de italianos ao Brasil marcou o fim de formas de exploração do trabalhador, tais como: o barracão e o cambão.
 - A expansão das lavouras exigia cada vez mais mão-de-obra, e a Inglaterra já havia pressionado o Império brasileiro, no sentido de suspender o tráfico de escravos. Daí a substituição pelo trabalho livre do imigrante.
17. **(UFGO) Em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz, o governo imperial extinguiu o tráfico negro para o Brasil. A razão dessa medida foi:**
- a chegada de grande número de imigrantes italianos cujo trabalho, além de barato, apresentava um nível técnico mais alto;
 - o temor da violenta repressão inglesa, sobretudo após 1845, quando foi aprovado o "Bill Aberdeen";
 - o endividamento com os traficantes de escravos, dos proprietários rurais, interessados por isso no tráfico interno;

- d) a crise da lavoura tradicional, tornando desnecessária a mão-de-obra escrava;
- e) a falência dos traficantes de escravos devido às medidas restritivas inglesas.

18. (UFRO) Brasil Império, a Questão Abolicionista foi colocada em vigor:

- a) por José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa;
- b) após a aprovação da Lei Rio Branco ou do Ventre Livre (1871);
- c) pelos imigrantes que trabalhavam nas fazendas paulistas;
- d) em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz;
- e) por intermédio do Papa Leão XIII.

19. Em 1849, o grupo que iniciou uma revolta em Pernambuco, conhecida como Revolução Praieira, lançou um manifesto que exigia:

- a) O fim da monarquia e a proclamação da república.
- b) O fim do voto censitário.
- c) A manutenção do poder moderador.
- d) Liberdade de imprensa e de trabalho.
- e) O fim dos privilégios para comerciantes brasileiros.

20. A Questão Chistie promoveu a (o)

- a) fim do tráfico negreiro.
- b) abertura dos pontos brasileiros à Inglaterra.
- c) intervenção brasileira nas questões políticas de seus vizinhos na região platina.
- d) colaboração inglesa na guerra contra o Paraguai.
- e) rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra.

BRASIL REPÚBLICA:

Aspectos administrativos, culturais, econômicos, sociais e territoriais, revoltas, crises e conflitos e a participação brasileira na II Guerra Mundial

A REPÚBLICA VELHA

Com a proclamação da República, o Brasil não muda socialmente. A base econômica do país ainda era a agricultura e o principal produto das exportações era o café.

A estrutura de produção ainda era o latifúndio de grande produção voltado a atender os mercados internacionais. Como país produtor de matéria-prima, o Brasil estava sempre dependente das flutuações do mercado internacional. O mundo dividia-se entre os que produziam matéria-prima e os industrializados.

O café era nosso principal produto econômico, representava mais de 50% das nossas exportações e da produção mundial. Sofria constante alta e baixa de preços, pois estava diretamente relacionado à produção industrial. Como o café era a base da economia, o Governo Federal intervinha, buscando sempre a valorização do café.

Outros produtos também faziam parte da nossa carteira de importação, como a borracha, a erva-mate, o açúcar, o cacau e o tabaco. Durante a I Guerra Mundial aumentou em muito a exportação de gêneros agrícolas para as nações envolvidas no conflito. Durante a Primeira República, a indústria brasileira teve um crescimento graças à substituição de importações.

Panorama Político da República Velha 1889-1930

- Existência de Partidos Republicanos Regionais;
- Os Coronéis utilizavam o VOTO DE CABRESTO para preservar o poder das oligarquias;
- Havia a POLÍTICA DOS GOVERNADORES - os grupos dominantes dos Estados levavam o apoio ao Governo Federal, recebendo em troca o controle da política Estadual;
- Política do Café-com-leite - consistia na constante troca, por mineiros e paulistas, no poder presidencial, pois esses Estados, sendo mais populosos, tinham maior representatividade, podendo assim, eleger seus candidatos;
- A Constituição da República previa que o número de deputados era proporcional ao número de habitantes dos Estados;
- Direito de voto para homens acima de 21 anos alfabetizados. Este sistema de voto excluía a maioria da população brasileira da participação política.

Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889/1891)

É a primeira fase da República da Espada, compreendendo os anos de governo sem Constituição. Começou no dia 15 de Novembro de 1889 e o poder estava nas mãos de Deodoro, militar que havia sido convocado para liderar a proclamação da República, logo coube a ele a chefia do governo provisório e que, imediatamente, compôs o seguinte ministério: RUI BARBOSA (Pasta da Fazenda) e BENJAMIM CONSTANT (Ministério da Guerra e Instrução).

O novo governo tomou uma série de medidas para reorganizar o Estado, de acordo com o novo regime, até que fosse elaborada uma nova Constituição. Entre elas destacamos:

- decretou o regime republicano federalista para o Brasil;
- transformou as antigas Províncias em estados membros da federação;
- decretou a Grande Naturalização, oferecendo cidadania a todos os estrangeiros residentes no país;
- pôs fim ao padroado, separando a Igreja do Estado;
- instituiu o casamento, o registro civil e a secularização dos cemitérios;
- extinguiu as instituições imperiais como a Constituição de 1824, o Conselho de Estado e dissolveu o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais, nomeando governadores para os Estados e intendentess para os municípios;
- criou a bandeira republicana, com o lema Ordem e Progresso, influência do movimento positivista;
- convocação de um Congresso para a elaboração de uma nova Constituição.

Durante o governo provisório, o ministro Rui Barbosa empreendeu uma política econômico-financeira reformista, com o objetivo de industrializar o país e libertá-lo do imperialismo econômico.

Para isso, Rui Barbosa adotou uma política emissionista, em que os bancos oficiais, e mais tarde alguns particulares, também passaram a emitir moedas. Esta política emissionista necessitava de um lastro (reservas de ouro, guardadas no tesouro do governo) para que as moedas fossem fabricadas, o que o governo brasileiro não possuía. Os resultados desta política econômica foram: uma desen-

freada inflação; uma febre especulativa nas bolsas de valores, em que muitos empresários investiam o dinheiro conseguido nos empréstimos dos bancos; desvalorização da moeda brasileira; surgimento de empresas fantasmas e queda dos preços do café. A política emissionista de Rui Barbosa ficou conhecida como Encilhamento, nome dado ao lugar de onde os cavalos eram encilhados para corridas, numa alusão à corrida nas bolsas de valores.

Em 1891, o Congresso aprovou a nova constituição da República brasileira, veja abaixo suas principais características.

Constituição de 1891
Essa Constituição, segunda do Brasil e primeira da República, ficou pronta em fevereiro de 1891. Era inspirada no modelo americano e tinha as seguintes características básicas:
■ Criação de uma República Federativa e presidencialista;
■ Voto universal masculino e aberto, somente para alfabetizados;
■ Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário;
■ Mandato presidencial de quatro anos;
■ Legislativo representado pelo Congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado Federal;
■ Número de deputados por Estado proporcional à população;
■ Garantias individuais a todos os cidadãos;
■ Possibilidade de decretar Estado de Sítio.

Governo constitucional de Deodoro - 1891

Após a aprovação da Constituição de 1891, Deodoro foi eleito de maneira indireta, o que provocou os civis, que preferiam um candidato civil. Deodoro foi eleito por pequena margem de votos, que aliado ao seu autoritarismo e a crise econômica motivada pelo encilhamento, ajudou a desgastar sua imagem. Para completar, as eleições naquela época eram descasadas, ou seja, votava-se em um presidente e um vice-presidente, o que invariavelmente ocorria de um ser de um segmento político diferente do outro. No caso de Deodoro seu vice foi Floriano Peixoto que apesar de ser militar, não pertencia ao grupo político de Deodoro.

A oposição, formada em sua maioria por civis cafeicultores e também por militares, era muito forte e começou a combatê-lo. O presidente contava com o apoio de parte dos militares principalmente, do exército. Valendo-se disso, mandou cercar e dissolver o Congresso. A oposição levantou-se contra esse gesto autoritário de Deodoro e a ameaça de uma guerra civil, lançada por setores da marinha, o fez renunciar em favor de Floriano Peixoto, seu vice.

Governo do Marechal Floriano Peixoto - 1891-1894

Ao assumir o governo, anulou imediatamente o decreto que fechou o Congresso Nacional e retirou do poder os governantes dos Estados que haviam apoiado a tentativa de golpe de Deodoro, colocando no lugar deles homens da sua confiança.

Tomou também várias medidas para tentar debelar a crise econômica na qual o país estava mergulhado, controlando a especulação financeira e a especulação sobre os gêneros alimentícios, tabelando seus preços e dos aluguéis.

Seu governo foi taxado de inconstitucional, pois o artigo 42 da Constituição obrigava-o a convocação de novas eleições. Floriano Peixoto não convocou novas eleições e manteve-se firme no cargo de presidente, alegando que este artigo não se aplicava ao seu caso, já que fora eleito por voto indireto, de acordo com as disposições transitórias da Constituição, o que suscitou mais protestos contra seu governo.

No início de 1892, militares da Fortaleza de Santa Cruz se revoltaram contra o governo de Floriano e pela legalidade. Pouco tempo depois, em abril de 1892, aconteceu o chamado Manifesto dos Treze Gerais, exigindo a imediata realização de eleições presidenciais, de acordo com a Constituição. Os militares revoltosos foram sumariamente reformados e retirados da ativa.

Em fevereiro de 1893, ocorreu no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, uma verdadeira guerra civil envolvendo o Partido Republicano Gaúcho (os Pica-Paus) e o Partido Federalista (os Maragatos).

Na mesma época, a 6 de setembro de 1893, explodia no Rio de Janeiro a Segunda Revolta da Armada, que, sob a liderança do almirante Custódio José de Melo, buscou unir suas forças a dos revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul. A revolta avançou até o Paraná, através de Santa Catarina, colocando em perigo o próprio regime republicano.

Floriano reagiu energicamente. Com o apoio do exército e de cafeicultores que queriam evitar o retorno da monarquia, combateu as revoltas armadas no Rio de Janeiro, obrigando Custódio de Melo a buscar união com os revoltosos gaúchos. No entanto seu plano terminou na Ilha do Desterro em Santa Catarina; os governistas atacaram e venceram os revoltosos. Para marcar o fato, a Ilha do Desterro passou a chamar-se Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto.

Por suas vitórias sobre as revoltas e por afastar de vez o perigo de retorno da monarquia, Floriano é considerado o Consolidador da República, ganhando o apelido de Marechal de Ferro.

Floriano governou até o final do mandato quando se realizaram novas eleições. Desta vez, o vencedor foi um civil, oriundo da classe dos cafeicultores. Terminava a República da Espada e começava a hegemonia dos cafeicultores no poder.

Governo de Prudente de Moraes - 1894-1898

Chega ao poder o PRP (Partido Republicano Paulista). Prudente de Moraes ficou conhecido como o "Pacificador da República". Iniciando o período da República de Oligarquias, foi o primeiro

presidente civil, eleito por voto direto; conseguiu a paz no Sul do país; sofreu um atentado no qual morreu o Ministro da Guerra, Mal. Bittencourt; resolveu a Questão da Ilha da Trindade e a Questão do Território das Missões; reatou as relações diplomáticas com Portugal.

Além disso, Prudente enfrentou a primeira grande rebelião camponesa da república, a Guerra de Canudos no Sertão da Bahia, entre 1893 e 1897. Vejamos...

A questão de Canudos

A Guerra de Canudos é fruto da tensão social do início da república, somada a condição de miséria do sertão nordestino, estagnação econômica e a adversidade da natureza, bem como da violência empreendida pelos coronéis latifundiários de todo o Nordeste do Brasil. Estas condições somadas ainda a intensa religiosidade do povo nordestino, propagada por homens que se intitulavam beatos e que espalhavam o MESSIANISMO na região, geraram a base para a ocorrência do fenômeno de canudos.

A religiosidade popular dominava uma população de caboclos, sertanejos, na sua maioria índios mestiçados com brancos ou negros, mamelucos e cafuzos, e que vivia a margem das terras dos grandes proprietários, muitos trabalhavam como jagunços, capangas dos senhores de terra, os coronéis, assim denominados porque recebiam do governo imperial a patente da Guarda Nacional. Nestas condições de atraso social e político, a massa de pobres e miseráveis encontrava esperança na religião.

Antônio Conselheiro

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, já era uma figura bastante conhecida nos sertões nordestinos desde a década de 1870. Era comerciante e devido ao fato de ter sido abandonado pela mulher, abraçou a vida de beato. Cruzando o sertão deixou, em quase todos os lugares, traços de sua passagem, como a reconstrução dos muros de cemitérios em ruínas ou a reforma de igrejas e capelas.

Sua popularidade aumentava graças a estas atitudes. A fama das suas pregações começou a se espalhar e gente miserável e pequenos sitiados, prejudicados pela política do coronelismo e pelas secas que assolavam a região, passaram a seguir Conselheiro. Sua aparência assemelhava-se aos profetas bíblicos e a abolição da escravatura, em 1888, concorreu para aumentar-lhe os seus seguidores, com negros libertos, que não conseguiam se enquadrar em empregos assalariados.

Hostilizado e perseguido pelos padres e coronéis que tinham medo de seu carisma e da sua popularidade junto aos sertanejos, Antônio Conselheiro resolveu, em 1893, construir o povoado de Canudos, nas margens do rio Vasa-barris, no sertão baiano, Batizando-o de Monte Santo.

O novo povoado atraiu um número considerável de romeiros e seguidores, que abandonavam

as fazendas para irem morar sobre a benção do conselheiro. O Conselheiro era contra a república por ter separado a Igreja do Estado e ter instituído o casamento civil, portanto em Canudos (Monte Santo), planejava constituir um outra sociedade, onde os princípios dogmáticos da religião católica seriam obedecidos.

As leis em Canudos eram rígidas, estavam proibidos: bebidas alcoólicas e prostituição; a produção de alimentos era solidária e dividida entre quem a produzia. No entanto, havia comércio em Canudos, por isto não podemos afirmar de que se tratou de uma revolta socialista.

Com sua atitude e atraindo cada vez mais seguidores, Antônio Conselheiro acabou se tornando muito perigoso para os fazendeiros, para a Igreja e para o governo local, pois Antônio Conselheiro não pagava imposto. A guerra de Canudos se inicia quando Antônio Conselheiro manda seus jagunços irem pegar em um povoado vizinho uma encomenda de madeira para a construção da nova igreja, que ele tinha pagado e não tinha recebido. Foi a justificativa para o início das hostilidades contra o povoado.

As quatro campanhas contra Canudos	
Campanhas	Fatos
1ª Campanha: 4 a 21 de novembro de 1896	Governador da Bahia ordena uma expedição em defesa de Juazeiro que tinha sido ameaçada por jagunços de Antônio Conselheiro. Expedição com 100 praças comandada pelo ten. Manuel Ferreira. Segue até Uauá onde é derrotada pelos jagunços no dia 21 de outubro.
2ª Campanha: 25 de outubro de 1896 a 20 de janeiro de 1897	Comandada pelo Major Frebônio de Brito, com 543 praças e 14 oficiais e 3 médicos. Travessia do Cambaio, primeiro e segundo combate. Mais de 400 jagunços mortos. Retirada em frente a Canudos.
3ª Campanha: 8 de fevereiro a 3 de março de 1897	Expedição Moreira César, com 1.300 homens. Chega a Monte Santo e dali para Canudos. Assalto ao arraial em 2 de março. Morte de Moreira César. Expedição bate em retirada.
4ª Campanha: 16 de junho a 5 de outubro de 1897	Expedição comandada pelo Gen. Artur Oscar, dividida em duas colunas, uma com 1.933 homens e a outra com 2.350. Combate de Cocorobó. Duas colunas chegam a Canudos. Assalto ao arraial: 947 baixas. Chegam reforços de 2 brigadas da Bahia. Bombardeio sobre Canudos. Combate de Coxomongo. Morre Antônio Conselheiro no dia 22. No dia 24 de setembro Canudos encontra-se sitiada. Assalto final em 1º de outubro.

O sentido político de Canudos

A pregação de Antônio Conselheiro, cujo início datava dos anos 70, não visava a impor uma reforma agrária nem encapava intuito político. Seu pensamento, bastante simplório, era coerente com a religiosidade do movimento por ele liderado. De qualquer forma, pregando contra a república, na qual não reconhecia legitimidade, e assumindo,

desde 1893, uma feição combatente, ousou desafiar o poder da recém instalada República brasileira, porém jamais pretendeu chefiar uma rebelião camponesa para derrubar a república. Seu movimento messiânico foi deturpado do seu propósito e serviu como pretexto para a repressão. Acusado de monarquista acabou morrendo junto aos seus seguidores impiedosamente mortos em combate ou mesmo executados. A república dos coronéis não queria ver o perigo de gente humilde se levantando contra o regime. Daí a destruição.

Governo de Campos Sales – 1898–1902

O paulista Manuel Ferreira de Campos Sales governou de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902. Ele efetivou a hegemonia cafeeira na política nacional ao articular a Política dos Governadores, numa relação de barganha política com as oligarquias estaduais, garantindo assim a eleição de um Legislativo pronto a atender os projetos do Executivo. A política dos governadores se tornou a base de sustentabilidade da política do café-com-leite, ou seja, da hegemonia da oligarquia paulista e mineira, que em acordo definiam quem seria o próximo presidente do Brasil.

A política dos governadores se somava ao coronelismo, ou seja, o domínio político exercido pelos latifundiários sobre uma população local através da violência e do assistencialismo (favores prestados a uma população carente de apoio do governo). Os coronéis exerciam influência sobre os resultados das eleições já que o voto não era secreto, o que facilitava o domínio sobre quem votava.

Desta forma o sistema de controle estabelecido por Campos Sales passava pelas três esferas de poder: federal (controle sobre o congresso), estadual (acordo com os governadores) e municipal (apoio ao coronelismo). Ele entendia que a política era um privilégio das elites e, assim, seu governo foi uma democracia sem participação do povo.

A política econômica de Campos Sales e de seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, também caracterizou-se por ser excludente, tornando mais difícil a vida das camadas populares.

Em 1898, após ter vencido as eleições, antes de assumir o governo, Campos Sales foi à Europa, a fim de conversar com os bancos credores e tentar negociar uma saída para a questão da dívida externa.

Essa negociação, denominada *Funding Loan*, era um acordo financeiro pelo qual credores do Brasil suspendiam temporariamente a cobrança da dívida externa do país e ainda faziam novos empréstimos, para que o devedor pudesse equilibrar suas finanças e criar as condições necessárias para saldar futuramente sua dívida. É claro que o acordo foi assinado às custas de pesadas exigências, às quais o Brasil teve que submeter-se.

Campos Sales e Murinho acreditavam que a origem dos problemas econômicos do Brasil estava na moeda desvalorizada. Por isso, desenvolveram uma política econômica voltada para o saneamento

das finanças e a estabilização do câmbio, com base em alguns princípios:

- Diminuição da emissão;
- Redução dos gastos públicos;
- Aumento dos impostos;
- Controle dos aumentos salariais;
- Abandono das obras públicas e das atividades industriais;
- Incentivo à agricultura.

Veja que por ser um representante das elites agrárias do país, a política econômica de Campos Sales não privilegia a industrialização.

Governo de Rodrigues Alves – 1902–1906

Rodrigues Alves aproveitou o empréstimo do *funding loan* e realizou algumas atitudes no governo, entre elas: resolução da Questão de limites do Acre; Reforma e Saneamento da cidade do Rio de Janeiro, a cargo do prefeito Pereira Passos e do médico Osvaldo Cruz; Realização do CONVÊNIO DE TAUBATÉ, em 1906 pelos cafeicultores, cujas decisões foram recusadas pelo Presidente. Seu governo ficou marcado pelas obras de modernização da capital do Brasil, cidade do Rio de Janeiro e pelas suas conseqüências, como a Revolta da Vacina ocorrida na cidade em 1904.

Convênio de Taubaté

Foi a Política de Valorização do Café, onde os Estados de Minas, Rio e São Paulo comprariam a produção excedente de café evitando o prejuízo dos cafeicultores. Tal Convênio se insere em uma política de valorização artificial do café.

Revolta da Vacina

O grande projeto de governo de Rodrigues Alves era o remodelamento da capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro vista como atrasada. Realmente a cidade ainda guardava no início do século XX um aspecto de cidade colonial. O centro da cidade era repleto de grandes casarões de famílias abastadas que foram transformados em casas de cômodo que abrigavam inúmeras famílias que usufruíam dos mesmos espaços para lavagem de roupas e banheiros. Outra característica das moradias do Centro eram os cortiços, locais que chegavam a abrigar 30 famílias e que as condições de higiene não eram melhores que as casas de cômodo. Tudo isto era visto pelo governo como sintoma de atraso que deveria ser varrido para dar lugar a um centro financeiro novo, com o ar republicano.

Para a tarefa, Rodrigues Alves nomeou como prefeito o engenheiro Pereira Passos que deveria conduzir as obras. O projeto baseava-se na cidade símbolo do progresso, Paris, e entre os planos estavam: destruição do antigo casario e cortiços; abertura de novas avenidas; construção de parques e jardins; canalização do mangue; ampliação do

porto do Rio de Janeiro; construção de edifícios modernos.

Junto com a construção da nova cidade, veio uma campanha sanitária que pretendia combater as doenças que assolavam os moradores da cidade, principalmente a varíola, a febre amarela e a peste bubônica. Para conduzir a tarefa foi chamado o médico Oswaldo Cruz.

Oswaldo Cruz (1872-1917)

Cientista, médico e sanitarista, o pioneiro da medicina experimental no Brasil. Em 1896 faz estágio no Instituto Pasteur, em Paris. Volta ao Brasil três anos depois e organiza o combate ao surto de peste bubônica registrado em Santos, São Paulo, e em outras cidades portuárias. Participa da fundação do Instituto Soroterápico, no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, mais tarde Instituto Oswaldo Cruz e, atualmente, um órgão da Fundação Oswaldo Cruz. Escolhido pelo governo para o cargo de diretor-geral da Saúde Pública, em 26 de março de 1903, planeja e coordena a campanha pela erradicação da febre amarela e da varíola do Rio de Janeiro. Organiza as brigadas "mata-mosquitos" e é o principal pivô da chamada Revolta da Vacina e da rebelião da Escola Militar contra a lei da vacinação obrigatória. Oswaldo Cruz reforma o código sanitário do país e remodela os órgãos de saúde.

O problema é que a reforma sanitária previa, como você acabou de ler, o combate aos vetores das doenças (mosquitos e ratos) e a vacinação obrigatória sem uma devida campanha de esclarecimento público, pelo contrário, com todo autoritarismo do governo. A reforma Pereira Passos pôs abaixo cerca de 600 prédios do Centro para a abertura da Avenida Central (atual Rio Branco). O "bota abaixo" como ficou conhecido, juntamente com a campanha de vacinação obrigatória levou a população a se revoltar contra o governo.



Avenida Central, ainda em obras, Rio de Janeiro.

Entre 10 e 16 de novembro de 1904, o Centro foi palco de enfrentamentos entre a população que sofria os efeitos das reformas e o governo. Setores da classe média, que também se colocaram contra a vacinação com um discurso moralista (se dizia que a vacina seria aplicada nas partes íntimas) e militar, aproveitaram para tentar derrubar o governo que reprimiu as revoltas com energia.

Governo de Afonso Pena - 1906-1909 e Governo de Nilo Peçanha - 1909-1910

Afonso Pena fez um bom governo, falecendo antes de terminar o mandato. No seu governo houve a abertura de estradas de ferro; deu prosseguimento ao aperfeiçoamento do porto do Rio visando um escoamento mais rápido da produção; promoveu reequipamento da Marinha, com a compra dos Couraçados Minas Gerais e São Paulo; houve a participação de Rui Barbosa na II Conferência da Paz, em Haia em 1907.

Devido ao falecimento de Afonso Pena, assumiu o poder o vice-presidente, Nilo Peçanha, governo no qual se criou o Ministério da Agricultura; fundou-se o SPI (Serviço de Proteção ao Índio); realizaram-se eleições apresentando dois candidatos: Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca.

Rui Barbosa iniciou uma campanha conhecida como "CIVILISTA", pois queria que ele, um civil, assumisse o poder. Nas eleições Hermes da Fonseca venceu, sendo esta a primeira eleição realmente competitiva da História da República.

A campanha civilista de Rui Barbosa, contrária à ascensão de um novo militar ao poder, foi apoiada pelos setores urbanos da classe média e do meio estudantil, ansiosos por reformas econômicas e políticas. Mas Hermes da Fonseca saiu vencedor, com o apoio maior das oligarquias cafeeiras.

Governo de Hermes da Fonseca - 1910-1914

Influenciado por Pinheiro Machado, senador gaúcho, seu governo foi marcado pela "política das salvaçãoes", iniciada por militares que tinham o interesse de "salvar" a política brasileira da corrupção, quando os grupos de oposição nos Estados e os militares "hermistas" buscaram assumir o poder, derrubando as oligarquias tradicionalmente dominantes. No Ceará, por exemplo, os tradicionais Aciolis perderam o poder, moralizando-a.

Sob seu governo eclodiu no Rio de Janeiro a "Revolta da Chibata" - em 1910, liderada pelo marinheiro João Cândido, que dominou vários navios da Marinha Brasileira, inclusive o São Paulo e o Minas Gerais para exigir: o fim dos castigos corporais que ainda existiam na marinha, a melhoria das condições dos marinheiros e aumento dos soldos.

A revolta se desenvolveu com os marinheiros tomando navios e assassinando oficiais que não aceitavam a revolta. Em seguida os marinheiros ameaçaram bombardear a cidade, caso o governo não cumprisse suas exigências. Hermes da Fonseca negociou com os revoltosos, e mediante o comprometimento do governo os revoltosos entregaram os navios sendo posteriormente presos e alguns sumariamente executados.

Seu líder, João Cândido, ficou preso durante anos. Outros marinheiros foram enviados para o Norte do Brasil. Apesar da repressão, os castigos corporais foram banidos do código disciplinar da marinha.

Ainda durante seu governo ocorreu a Revolta de Juazeiro (1914), liderada pelo padre Cícero Romão Batista, ídolo da religiosidade nordestina, tido como o padre protetor dos povos do sertão. Tal revolta culminou com a vitória de padre Cícero sobre Franco Rabelo, seu desafeto político e com o retorno do padre ao poder no estado do Ceará. Tal situação elevou ainda mais o carisma de padre Cícero que hoje é venerado como santo e herói no sertão.



Governo de Wenceslau Brás - 1914-1918

Seu período foi caracterizado pela Primeira guerra mundial. O Brasil entrou em guerra contra a Alemanha e enviou uma missão médica para a Europa.

Durante seu governo o Brasil ingressa no processo de substituição de importações. Devido à guerra na Europa o Brasil foi impedido de continuar importando produtos europeus, já que as indústrias de lá estavam em esforço de guerra. Diante desta situação, o Brasil passa a produzir internamente o que antes importava (substituir importações).

Internamente seu governo enfrentou a Guerra do Contestado, liderada pelo líder religioso José Maria e posteriormente pelo seu sucessor João Maria na fronteira do Paraná com Santa Catarina, região contestada entre os dois estados, daí o nome da revolta.

Ao final do seu governo, realizaram-se novas eleições e venceu novamente Rodrigues Alves, que veio a falecer. O vice-presidente, Delfim Moreira, convocou novas eleições que foram disputadas por Rui Barbosa e Epitácio Pessoa. Venceu Epitácio. Ainda em seu governo ocorreu a promulgação do Código Civil em 1917.

Guerra do Contestado

Nome dado a vasta região brasileira abrangendo partes dos Estados do Paraná e de Santa Catarina e assim chamada pela disputa entre esses Estados, cada um contestando a jurisdição do outro sobre a área. Por força dessa controvérsia, a área transformou-se em palco de conflitos armados, de maior ou menor intensidade. Nenhum deles, porém, foi mais extenso e importante do que a chamada guerra do Contestado.

O movimento do Contestado deve ser inserido no quadro das transformações sociais e econômicas ocorridas antes da República. Nas raízes do conflito são detectados motivos de ordem material e espiritual, já que nesta revolta encontramos o Messianismo,

exercido por pessoas que se intitulavam monges e pregavam para uma população sem apoio do Estado. Portanto, os motivos da revolta são: a violência dos coronéis da região sobre a população mais humilde; a exploração da mão-de-obra camponesa por empresas estrangeiras (*Brazil Railway* e a *Southern Brasil Lumbers Colonisation*), desapropriação de terras dos camponeses para abertura de estradas e linhas férreas e ainda a pregação religiosa dos monges messiânicos que unia os revoltosos.

Particularmente, aqueles que apregoavam ser portadores de dotes incomuns, intitulando-se “monges”, surgiam pregando a redenção, atacando a República e anunciando a chegada da monarquia, não uma monarquia no sentido usual do termo, mas um reino encantado pleno de paz, justiça e prosperidade.

As condições sociais da região eram tensas e difíceis, não só devido à rivalidade entre as facções políticas comandadas pelos “coronéis” locais, como também às atividades de duas companhias inglesas: a *Brazil Railway* e a *Southern Brasil Lumbers Colonisation* que, tendo obtido amplas concessões territoriais em Santa Catarina, passaram a expulsar moradores e posseiros das terras arrendadas.

Orientados pela palavra de um desses “monges”, José Maria, os sertanejos começaram a pegar em armas. Reunidos em Taquaruçu, sob o clima dos festejos em homenagem ao Bom Jesus e sensíveis às leituras do “monge” de trechos do livro História do Imperador Carlos Magno e os doze pares de França, os revoltosos resistiram às investidas do exército que tentou desde o início abafar a revolta. Ao final, os monges foram mortos e os sertanejos massacrados pela força da república que contou ainda com apoio de aviões no combate à revolta. Abaixo o mapa das principais ações armadas no conflito.



Governo de Epitácio Pessoa - 1919-1922

Seu governo foi marcado pelo final da I Guerra Mundial (1918) e pelas transformações decorrentes deste fato. No Brasil, estas transformações foram mais evidentes nos campos econômico-político e cultural. No primeiro, evidenciava-se o enfraquecimento da política que mantinham os cafeicultores

no poder, era o início da crise que levaria ao fim da República Oligárquica.

Esta crise está diretamente relacionada com as transformações já citadas que podemos enumerar:

- Processo de industrialização e as manifestações operárias que exigiam leis de amparo ao trabalhador e aumento de salários, que resultaram em grandes manifestações e greves, principalmente nas grandes cidades.
- Crescimento de uma classe média nas grandes cidades que se transformou na principal fonte de críticas aos procedimentos oligárquicos.
- Movimento tenentista no Exército que reuniu setores militares descontentes com a corrupção na república oligárquica.
- Surgimento do movimento modernista em São Paulo que propunha uma nova visão de cultura e interpretação do Brasil.

No Governo de Epitácio Pessoa, realizou-se no Rio de Janeiro a Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência (1922).

Governo de Artur Bernardes – 1922–1926

Tenentismo

Movimento militar armado formado em sua maioria pela baixa oficialidade (tenentes), que pretendia tomar o poder das mãos das oligarquias cafeeiras e realizar reformas de caráter estrutural no país. Suas principais propostas eram:

- Moralização da administração pública e o fim da corrupção eleitoral.
- Instituição do voto secreto e a criação de uma justiça eleitoral.
- Defendiam o nacionalismo econômico: a defesa do Brasil contra a exploração das empresas e do capital estrangeiros.
- Reforma na educação pública para que o ensino fosse gratuito e obrigatório para os brasileiros.

Seu governo foi abalado pelos movimentos de contestação à República Oligárquica, principalmente o movimento tenentista. Ainda durante a campanha para a presidência esteve envolvido na polêmica das “cartas falsas” que foram veiculadas nos jornais e atacavam o ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca. Artur Bernardes foi acusado de ser autor das cartas, e mesmo tendo sido provado que as cartas eram falsas, acabou sofrendo grande oposição dos militares.

Meses antes de sua posse, em julho de 1922, militares ligados ao movimento tenentista acuartelados no Forte de Copacabana no Rio de Janeiro, tentaram derrubar o presidente Epitácio Pessoa.

Os militares rebeldes estavam inconformados tanto com a eleição de Bernardes como também com o fechamento do Clube Militar e a prisão do Marechal Hermes, ordenados pelo presidente

Epitácio Pessoa após conflitos em torno da eleição para o governo pernambucano.

O Forte de Copacabana era comandado pelo Capitão Euclides Hermes, filho do marechal Hermes. O plano dos revoltos contava com o apoio de outras unidades militares, o que não ocorreu. O governo descobriu o plano e agiu trocando os comandos. Mesmo assim, Euclides Hermes junto a Siqueira Campos e outros oficiais decidem continuar o levante. Bombardeiam o Forte do Leme e outras unidades militares. O Governo agiu prontamente exigindo a rendição dos rebeldes. Chamado a negociar no Palácio do Catete, Euclides Hermes foi preso. Mesmo assim Siqueira Campos deu continuidade ao levante.

A grande maioria dos combatentes do forte se rendeu, sobrando 17 militares que resolveram manter a revolta e seguir até o Catete sendo seguidos pelo civil Otávio Gouvêa. Em combate, a maioria morreu sobrando apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

A revolta do Forte de Copacabana foi o primeiro de uma série de levantes tenentistas ocorridas no governo Artur Bernardes, que por esta razão, governou em permanente estado de sítio.

Outras revoltas tenentistas

Dois anos após o levante do Forte de Copacabana, ocorreram novos conflitos tenentistas que pretendiam derrubar Artur Bernardes.

Em São Paulo, tropas lideradas pelo General Isidoro Dias Lopes e pelo Major Miguel Costa chegaram a tomar o governo da capital paulista, mas foram combatidos pelo governo, sendo obrigados a retirar-se da capital e buscar refúgio no interior do estado. A revolta em São Paulo teve repercussão pelo território brasileiro onde se contava movimentos no Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul. Neste último estado, as tropas sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes seguiram ao encontro da tropa paulista, reunindo-se em Foz do Iguaçu em 1925.

Da união da coluna paulista com a coluna gaúcha formou-se a Coluna Miguel Costa-Prestes, movimento militar que percorreu mais de 25 mil km (entre 1925 e 1927) pelo território brasileiro em busca de apoio para derrubar o presidente Artur Bernardes.

Este movimento foi duramente combatido e perseguido pelas forças de governo, polícias estaduais e jagunços de coronéis. Até Lampião o “rei do cangaço”, chegou a perseguir a coluna, que após dois anos se retirou para a Bolívia. Por este movimento, Luís Carlos Prestes ficou conhecido como “cavaleiro da esperança” e obteve prestígio político. Após se exilar na Bolívia, Prestes seguiu para a URSS onde estudou as teorias comunistas, vindo a se tornar líder do movimento comunista no Brasil na década de 1930.

Movimento Modernista

Movimento de caráter amplo que abrange todas as manifestações da cultura e da produção intelectual brasileira. Evidencia-se no Brasil, após a 1ª Guerra Mundial tendo como marco a Semana de Arte Moderna de São Paulo, realizada no teatro municipal paulista em fevereiro de 1922.

O movimento pretendia romper com a produção cultural brasileira que se acreditava copiar de culturas importadas. Para os “modernos”, era preciso achar a verdadeira cultura brasileira em suas raízes populares. As principais características deste movimento são:

- Busca do moderno, original e polêmico;
- Nacionalismo em suas múltiplas facetas;
- Volta às origens e valorização do índio verdadeiramente brasileiro;
- “Língua brasileira” - falada pelo povo nas ruas;
- Paródias - tentativa de repensar a história e a literatura brasileiras.

A postura nacionalista apresenta-se em duas vertentes:

- Nacionalismo crítico, consciente, de denúncia da realidade, identificado politicamente com as esquerdas.
- Nacionalismo ufanista, utópico, exagerado, identificado com as correntes de extrema direita.

Os principais nomes do modernismo em sua primeira etapa são: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Antônio de Alcântara Machado, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado, Tarsilla do Amaral, Villa-Lobos, Di Cavalcanti.

Governo de Washington Luís - 1926-1930

Último presidente da República Velha, tinha o apelido de Estradeiro. Seu lema político era “governar é construir Estradas”. Foi responsável pelas rodovias que ligam o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e o Rio de Janeiro a São Paulo.

Seu Governo enfrentou os efeitos do colapso financeiro mundial iniciado com a quebra da Bolsa de Nova York (outubro de 1929).

A crise de 1929

O final da Primeira Guerra Mundial marcou o declínio da Europa e a ascensão dos Estados Unidos como a mais importante potência econômica do mundo. A indústria norte-americana era responsável por volta de 1920, por quase 50% da produção mundial, vivendo o país um clima de euforia capitalista que ficou conhecido como o American Way of Life (o estilo de vida americano), caracterizado por uma ânsia consumista.

A Crise de 1929 foi provocada pela super produção de bens industriais e agrícolas naquele país. A fase de grande euforia e prosperidade econômica norte-americana, foi substituída por uma terrível crise econômica, de repercussão mundial. Vários foram os fatores que levaram a essa crise, entre eles a superprodução da economia norte-americana, a recuperação econômica dos países europeus, que diminuíram suas importações dos EUA por volta de 1925, a grande concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas e a especulação acionária na Bolsa de Valores de Nova York.

A crise dos anos 20

A Revolução de 1930

A Primeira República começou a se deteriorar a partir de 1920. A urbanização crescente do país trouxe elementos novos para a cultura nacional, como uma classe média urbana, da qual os tenentes (movimento de oficiais jovens cada vez mais descontentes com a desmoralização do país) fazem parte.

Nas eleições para a sucessão do Presidente Washington Luís, em 1929, a economia cafeeira passava por uma grave crise, pois o preço do café estava muito baixo, graças à quebra da bolsa de Nova York. Ocorre que os EUA eram responsáveis pela compra de mais de 60% da produção de café brasileiro. Com as dificuldades econômicas os EUA diminuíram drasticamente suas importações, fazendo encalhar o café no Brasil e baixar o preço no mercado internacional.

Washington Luís, implementou uma política de apoio aos cafeicultores de São Paulo que incluía a indicação de Júlio Prestes à presidência da República, fato que os mineiros, parceiros na política do café-com-leite, não concordaram. Assim, foi quebrado o acordo entre São Paulo e Minas Gerais, que visava o controle da presidência.

Minas Gerais aliou-se com o Rio Grande do Sul e Paraíba, lançando a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas tendo o paraibano João Pessoa como vice. A união dos três Estados chamou-se Aliança Liberal.

A vitória eleitoral foi do candidato de São Paulo, pois, apesar da perda do poder econômico, os cafeicultores ainda representavam uma força política. Esse fato descontentou os grupos estaduais inimigos de São Paulo. A ideia da Revolução para derrubar os paulistas, surgiu primeiramente com jovens políticos e tenentes descontentes com a supremacia do setor cafeeiro. O estopim foi o assassinato de João Pessoa, na Paraíba.

Acusando o governo de responsável pela morte de João Pessoa, os revolucionários iniciaram a marcha em direção ao Rio de Janeiro, para derrubar o presidente e impedir a posse de Júlio Prestes.

No dia 24 de outubro de 1930, antes da chegada dos revoltosos ao Rio, vários oficiais legalistas do Exército e Marinha depuseram o presidente, entregando o governo ao chefe revolucionário: Getúlio Vargas. Assim, encerrou-se a República Velha, ou Primeira República.

Questões de limites na República

QUESTÕES DE LIMITES BRASILEIROS



a) Questão da Ilha da Trindade

Os ingleses tinham a necessidade de bases navais em todos os lugares no mundo, pois sua Marinha era a arma que lhe fazia ficar presente em toda terra. Assim, resolveram invadir a Ilha da Trindade, nas costas do Espírito Santo.

O Brasil exigiu a devolução do território e recebeu ganho de causa.

b) Questão de Palmas

A Argentina reivindicava a posse da região de Palmas, mas o Brasil não concordava com a pretensão argentina.

Os dois países concordaram em submeter a questão ao Presidente Cleveland, dos Estados Unidos, onde o Barão do Rio Branco defendeu os interesses brasileiros e conseguiu ganhar a causa.

c) Questão do Amapá

Tendo o território do Amapá fronteiras com a Guiana Francesa, a fronteira não estava definitivamente demarcada e ocorreram algumas invasões em regiões em que o Brasil julgava ser seu território. Os franceses, na realidade, não aceitavam as decisões do Tratado de Utrecht, de 1713,

que dava como limite entre o Amapá e a Guiana Francesa, o rio Oiapoque.

A França escolheu a Suíça para mediar a questão e o Brasil concordou. O Barão do Rio Branco foi para a Europa e conseguiu brilhante vitória diplomática ao reincorporar quase trezentos mil quilômetros ao Brasil.

d) Questão do Acre

O surto da borracha levou milhares de nordestinos da região Amazônica a invadirem um país vizinho, a Bolívia. Muito naturalmente, a Bolívia reclamou a posse do território, mas os brasileiros revoltaram-se sob o comando do espanhol Plácido de Castro e declaram a independência do Acre.

Em 1903, o Barão do Rio Branco foi conferenciar com os dirigentes da Bolívia, assinando o Tratado de Petrópolis, onde o Brasil pagaria uma indenização pelo território e construiria a estrada de ferro Madeira-Mamoré, garantindo a ligação da Bolívia ao rio Amazonas e daí ao oceano.

e) Questão da Guiana Inglesa ou Pirara

Em 1904, o Brasil e a Inglaterra contestaram a posse da região fronteira com a Guiana Inglesa, na região do Pirara.

O Rei da Itália, Victor Emanuel, que era o mediador resolveu dividir a região em partes iguais, o que foi aceito por ambos os países.

A Era Vargas (1930-1945)

Chamamos de Era Vargas o período da história brasileira governado por Getúlio Dornelles Vargas entre 1930 e 1945. Durante seu período de governo, o Brasil passou por transformações importantes como o fim do predomínio político da oligarquia paulista, o desenvolvimento da industrialização do Brasil e o implemento de leis trabalhistas. Podemos dividir a era Vargas em três fases:

- Governo Provisório (30 / 34)
- Governo Constitucional (34 / 37)
- Estado Novo (37 / 45)

O governo provisório (1930-1937)

Como vimos o movimento chamado de Revolução de 30 colocou no poder Getúlio Vargas, político gaúcho e candidato derrotado nas eleições presidenciais por Júlio Prestes.

Vargas assumiu o poder como chefe do governo provisório instituído após a derrubada de Washington Luís. Logo de início, Vargas procurou se cercar das forças políticas reunidas na Aliança Liberal que incluíam os militares, políticos gaúchos, mineiros e nordestinos. Seu principal objetivo no governo provisório era desmontar a política do café-com-leite, que possibilitou o predomínio de São Paulo ao longo da República Velha. Para isso Vargas tomou as seguintes medidas:

- ❑ O Congresso Nacional e Câmaras estaduais e municipais foram fechados;
- ❑ Para os Estados, foram enviados os interventores, que na maioria eram tenentes. O principal interventor foi Juarez Távora, chamado de o vice-rei do Norte, devido ao fato de ele ter sob controle quase todo o Norte e Nordeste;
- ❑ Suspensão da Constituição de 1891;
- ❑ Criação dos Ministérios da Educação e Saúde e o da Indústria, Comércio e Trabalho;
- ❑ Estabelecimento dos princípios da legislação trabalhista;
- ❑ Solução do problema de superprodução do café, mediante a compra e a queima;
- ❑ Estímulo às atividades industriais e à policultura (açúcar, algodão, cacau, etc.)

Todas estas medidas tinham como alvo acabar com a estrutura política dos governadores e do coronelismo que, como já adiantamos, eram os pilares de sustentação da política do café-com-leite. Contudo, note que Minas Gerais que fazia parte desta política, se mantém com representantes no governo provisório, o que atesta a permanência de algumas práticas políticas antigas, principalmente no que se refere a manutenção das relações no campo.

O problema é que os paulistas retirados do poder, não aceitariam a perda do controle tão facilmente, o que ficou comprovado no movimento de 1932.

A Revolução constitucionalista – 1932

Em 1932, eclodiu em São Paulo um movimento contra o governo de Vargas. São Paulo havia perdido sua autonomia, pois Vargas nomeou um interventor militar de outro Estado, o Tenente pernambucano João Alberto, que representava a política centralizadora do governo. Além disso, o setor cafeeiro havia perdido sua hegemonia política, com o fim da República Velha.

Os paulistas iniciam uma campanha exigindo um interventor “civil e paulista” e a volta à “constitucionalidade”, ou seja, a realização de eleições para a formação de uma Assembléia constituinte. Na verdade, o que os paulistas pretendiam era a reabertura do Congresso, para desta forma, conseguir retornar ao poder. Por trás do movimento, estavam a velha oligarquia paulistana e setores da burguesia paulista, reunidos no Partido Democrático, formado em 1926.

Para conseguir seus objetivos, esta elite paulistana conclama a população de São Paulo a se unir contra o governo Provisório, considerado uma ditadura. Houve grande adesão da classe média paulista e após vários choques com as forças da legalidade, os paulistas rompem com Vargas: é a revolução constitucionalista de 1932 eclodida em 9 de julho.

O Comando militar da Revolução estava a cargo de dois generais: Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger. Apesar dos amplos recursos econômicos, São Paulo foi derrotado pelas tropas legalistas comandadas por Góes Monteiro. Mas em 1934, o Brasil ganhava uma nova Constituição e os paulistas, apesar de derrotados se sentiam vitoriosos, por ter forçado Vargas a realizar eleições.

Governo Constitucional (1934–1937)

A Nova Constituição Brasileira ficou pronta em 1934 e tinha um caráter liberal. Seus principais pontos eram:

- ❑ Regime presidencialista com mandato de 4 anos;
- ❑ Leis Trabalhistas (salário mínimo, oito horas de trabalho por dia, repouso semanal remunerado, férias anuais);
- ❑ Voto secreto, introdução do voto feminino;
- ❑ Estado de sítio concedido pelo Congresso;
- ❑ Nacionalismo econômico (defesa das riquezas e potencialidades nacionais).

Com a nova Constituição promulgada, Vargas foi eleito por voto indireto, para um mandato de 4 anos, ou seja até 1938. No entanto acabou governando o país até 1945.

As transformações ideológicas

O contexto mundial na década de 1930 foi marcado pela grande depressão. Consequência imediata da Crise de 1929 iniciada nos Estados Unidos, a grande depressão conciliava altos índices de desemprego com baixa produtividade industrial. A miséria e a fome eram comuns entre a população europeia.

Neste contexto, se desenvolviam novas saídas para a crise. A ideologia comunista teve grande influência sobre os trabalhadores, pois a URSS, exatamente por não seguir o capitalismo e não depender dos EUA foi a única na Europa há não sentir os efeitos da crise. Logo seu regime se apresentava, principalmente para a classe trabalhadora, como uma alternativa a ser seguida.

No entanto, um outro caminho se apresentava. O Fascismo surgido na Itália com Benito Mussolini em 1922, em meio à crise político-econômica do pós-guerra era completamente contrário ao comunismo. Por esta razão, setores sociais como a burguesia e a igreja, apoiavam a ascensão destes regimes autoritários, como forma de impedir o crescimento do comunismo.

Neste sentido, a teoria fascista fez surgir novos grupos pela Europa, principalmente nos países mais afetados pela grande depressão, como foi o caso alemão. Lá Adolf Hitler fundou o partido Nazista e conseguiu chegar ao poder em 1933.

Com medidas autoritárias, ideias racistas, cassando inimigos políticos e ao mesmo tempo in-

vestindo em indústria bélica, militarismo e expansionismo, os fascistas conseguiram recuperar as economias de seus países atraindo simpatizantes por todo mundo.

No Brasil, as influências ideológicas chegaram com força total, com simpatizantes do fascismo e do comunismo formando partidos e movimentos que influenciavam a vida nacional. Duas correntes políticas formaram-se:

- **AIB – Ação Integralista Brasileira** – Liderada por Plínio Salgado, um dos representantes da primeira fase do modernismo era de tendência Fascista. Possuía um grande número de adeptos, principalmente no Sul do Brasil, onde a colonização é de origem européia. Os integralistas defendiam: Estado autoritário, o culto a um chefe único da nação, combate ao comunismo e o moralismo. Adotaram como símbolo a letra grega sigma (Σ). Vestiam uniformes e saudavam-se com a palavra tupi, ANAUÊ! (que significa você é meu parente) e tinham como lema Deus, pátria e família.
- **ANL – Aliança Nacional Libertadora** – Representava uma grande frente de oposição ao integralismo de Plínio Salgado. Era presidido por Luís Carlos Prestes, aquele mesmo que junto com Miguel Costa, liderou a Coluna Miguel Costa Prestes contra o governo de Artur Bernardes. A ANL, reunia diversos segmentos sociais. Sindicalistas, trabalhadores, classe média urbana, militares e partidários do PCB. Portanto, tinha uma tendência ao comunismo. Seus principais pontos eram: suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária e combate ao fascismo. Em pouco tempo a ANL reunia um grande número de adeptos, atraindo milhares de pessoas. Em seus comícios, Prestes atacava diretamente o presidente Vargas conclamando a população a derrubar o presidente.

O crescimento da ANL e os ataques ao seu governo levou Vargas a decretar o fechamento de seus núcleos acusando o movimento de ter ligações com o comunismo internacional. Uma vez na ilegalidade, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) tendo Prestes como líder, organiza um movimento para derrubar o governo e realizar uma revolução comunista no Brasil, chamada de Intentona Comunista de 1935.

Com conflitos armados no Rio de Janeiro, Natal e Recife, a Intentona fracassou, em parte pela falta de apoio e pelas ações descoordenadas. Vargas imprimiu violento combate e os militantes foram presos, e cassados posteriormente, como foi o caso de Prestes e sua companheira Olga Benário.

Depois da repressão à Intentona Comunista, Vargas solicita Estado de Sítio e é atendido pelo congresso. O Governo tinha prometi-

do eleições para a presidência em 1937. Apresentaram-se os seguintes candidatos: Armando de Salles Oliveira, paulista e José Américo de Almeida.

Entretanto, em 10 de novembro de 1937, Vargas dá um auto golpe, fechando o Congresso, suspendendo a Constituição e cancelando as eleições. O pretexto para o golpe foi uma suposta carta escrita pelos comunistas onde estavam listados os planos de uma nova tentativa de revolução. No entanto, a carta e o plano chamado de PLANO COHEN eram falsos. Na verdade haviam sido criados pelo Capitão Olímpio Mourão, partidário do integralismo. Mesmo assim, Vargas decretou o fechamento do Congresso apoiado por militares e setores da burguesia. A descoberta do plano comunista, PLANO COHEN, na verdade forjado pelo governo foi a desculpa que faltava para implementação da ditadura do Estado Novo, que se estenderia até 1945.

O Estado Novo (1937-1945)

O período conhecido como Estado Novo é caracterizado por um regime ditatorial implementado por Vargas aliado a setores militares e burguesia. O processo de fechamento do regime começou a ser pensado em 1935 com a Intentona Comunista e teve seu desfecho em 1937, com o anúncio de uma nova Constituição idealizada pelo jurista Francisco Campos, partidário do integralismo. Veja abaixo as novidades autoritárias desta nova constituição, que ficou conhecida como polaca por se inspirar no modelo de constituição da Polônia.

Constituição de 1937
■ O predomínio do poder Executivo sobre os demais, podendo o presidente fechar o Congresso e nomear interventores para os Estados;
■ A instituição do estado de emergência, quando o presidente achasse necessário, da censura à imprensa e da pena de morte;
■ A suspensão dos direitos e garantias individuais;
■ A extinção dos partidos políticos;
■ A intervenção do Estado na economia, através do Conselho da Economia Nacional;
■ A ampliação do mandato presidencial para seis anos;
O texto constitucional previa também um plebiscito, para que o povo pudesse manifestar-se a seu respeito, o que nunca chegou a ser realizado.

Como acabamos de ler, o Estado Novo foi marcado por forte centralização político-administrativa. Vargas governou sozinho, sem partidos, mas plenamente apoiado pelos setores militares e pela burguesia nacional.

Economia na Era Vargas

A economia neste período é caracterizada pela forte intervenção do Estado, principalmente na implantação das indústrias de base. Foram criadas:

- ❑ Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda
- ❑ Companhia Vale do Rio Doce (minérios)
- ❑ Hidrelétrica de Paulo Afonso
- ❑ Companhia Álaclis (química)
- ❑ Fábrica Nacional de Motores (FNM também chamada de Fenemê)
- ❑ Criação dos Institutos do café, do álcool, açúcar e pinho.

O Brasil na segunda guerra mundial

Como vimos a crise econômica dos Anos 30 gerou descrença nas ideias liberais e democráticas em ambas as parcelas da população de países desenvolvidos, principalmente na Europa. Nesses países, surgiram e tomou o poder partido cuja ideologia propunha um Estado autoritário, militarizado, nacionalista, expansionista e anticomunista, resultado do medo generalizado da burguesia capitalista de ver repetir em seus países o êxito da Revolução Russa. Para salvar os seus interesses as elites européias acabaram apoiando a ascensão das doutrinas totalitárias, que prometiam restabelecer a ordem e a disciplina social.

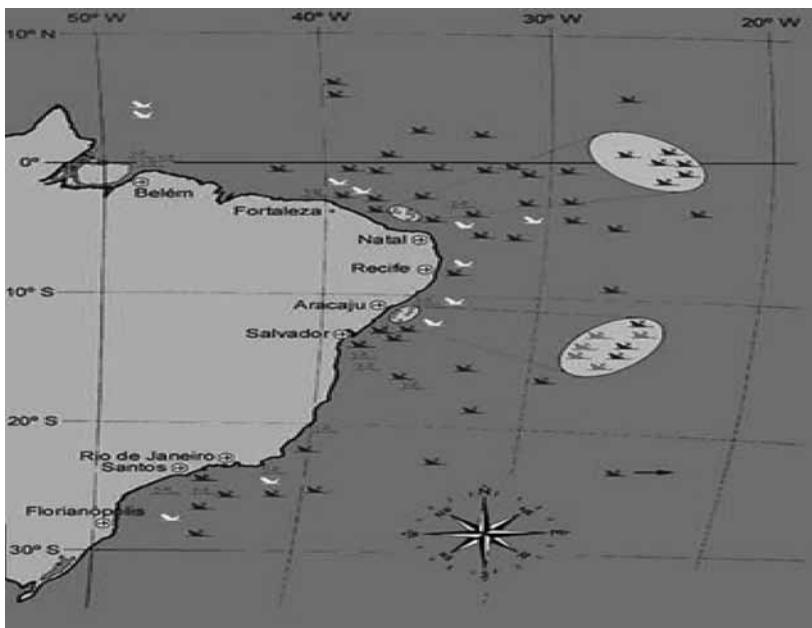
Regime Nazi-Fascista
Características: Partido único conduzido por um ditador Um sistema de controle policial Concessão dos meios de propaganda Culto ao líder Culto ao estado Ultra-nacionalismo Racismo

A posição do Brasil

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, a ideologia do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas, apontava para um provável alinhamento do Brasil com os países do Pacto de Aço - Alemanha e Itália e durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, o governo do Estado Novo não tomou posição, mantendo neutralidade com respeito às nações envolvidas no conflito.

Em 28 de janeiro de 1942, na Terceira Conferência de Chanceleres Americanos do Rio de Janeiro, o Brasil defendeu a política continental de apoio aos Estados Unidos e anunciou o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, e os americanos, graças a esse apoio, vão financiar a construção da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda (CSN). Em março, pelos acordos de Washington, foram cedidos vários pontos do Nordeste do país para servirem de bases navais e aéreas aos norte-americanos.

Esta atitude provocou a fúria de Hitler que ordenou que seus submarinos atuassem contra os navios brasileiros. Nos sete meses seguintes cerca de 19 navios mercantes brasileiros foram torpedeados. Veja o mapa.



Navios Brasileiros afundados por submarinos alemães na II Guerra Mundial.

A participação brasileira

O governo brasileiro finalmente declarou guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942, mas só após ajustes difíceis com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que levou o Brasil ao teatro de operações na Itália. Para seu comando foi convidado o general Mascarenhas de Moraes.



A campanha da FEB na Itália durou sete meses e 19 dias. De 16 de setembro de 1944, quando um batalhão do 6º Regimento de Infantaria iniciou a marcha que levaria as conquistas de Camaiore e Monte Prano, até 2 de maio de 1945, dia em que a ordem de cessar fogo foi expedida pelo comando do V Exército americano, ao qual a FEB era subordinada. A FEB lutou na Itália tanto na região do rio Serchio durante outono de 1944, quanto no vale do rio Reno, em plena Cordilheira Apenina. Nesta região os soldados brasileiros enfrentaram um rigoroso inverno e o fogo constante do Exército Alemão. Nossas maiores vitórias foram: as conquistas de Monte Castelo, em 22 de fevereiro de 1945, e de Montese, em 14 de abril, e o aprisionamento da 148ª Divisão Alemã em 28 de abril de 1945.

A Batalha de Monte Castelo

A missão mais importante que coube à FEB foi a tomada de Monte Castelo. A elevação, dominada pelos alemães, era uma posição estratégica que impedia o 4º Corpo de Exército de prosseguir a marcha até Bolonha, objetivo maior do comando das Forças Aliadas na Itália. No dia 24 de novembro de 1944 foi feita a primeira ofensiva. Depois de se apoderarem do monte Belvedere, ao lado de Castelo, os brasileiros sofreram uma violenta contra-ofensiva alemã que os obrigou a abandonar as posições já conquistadas.

No dia 29 os Aliados iniciaram a segunda ofensiva a Monte Castelo, igualmente barrada pelos regimentos de infantaria alemães. No dia 12 de dezembro iniciou-se o também frustrado terceiro assalto dos expedicionários brasileiros a Monte Castelo, que não durou mais de cinco horas. Mesmo assim, as vanguardas da FEB conseguiram chegar além da metade do caminho programado.

O dia 19 de fevereiro de 1945 foi a data estabelecida pelo comando do V Exército para o início de nova ofensiva, que ficaria conhecida como Operação Encore. Nela seriam empregadas todas as forças do 4º Corpo de Exército, visando a expulsar o inimigo do vale do rio Reno e persegui-lo até o vale do rio Panaro. A missão dos brasileiros seria desalojar os alemães de Castelnuovo de Vergato, do Monte Soprassasso e, mais uma vez, de Monte Castelo. A grande vitória finalmente ocorreu em 21 de fevereiro.



Outras Batalhas e vitórias da FEB

- Montese;
- Zocca;
- Colecchio;
- Fornovo di Taro;
- Alessandria, em 30 de abril.

Fim do conflito

De 8 de maio - data da rendição da Alemanha e portanto do fim da guerra na Europa - até 3 de junho a FEB foi empregada na ocupação militar do território conquistado e começou a preparar seu retorno ao Brasil. Quando o 1º Escalão regressou ao Brasil, em 18 de julho de 1945 o Brasil contava 454 mortos, ficaram enterrados no cemitério brasileiro localizado na cidade de Pistóia, perto de Florença.

A participação militar direta do Brasil na guerra, num primeiro momento, fortaleceu o regime e ampliou o poder e o prestígio de setores civis e militares da classe governante. No entanto, logo se evidenciou uma contradição, na medida em que o Brasil apoiava as forças aliadas na sua luta contra os regimes autoritários nazi-fascistas e, ao mesmo tempo, mantinha internamente um regime ditatorial que restringia a participação popular. Esta contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao

lado dos Aliados na Europa e manter uma ditadura no país em muito contribuiria para a queda de Vargas e o fim do Estado Novo em 29 de outubro de 1945.

Queremismo

Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome "queremismo" se originou do slogan utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio".

Diante das evidências de que a ditadura do Estado Novo caminhava para o seu final, as forças políticas que havia se oposto ao regime organizaram partidos políticos nacionais, que lançaram candidatos, enquanto o próprio Vargas mantinha-se numa posição dúbia em relação à possibilidade de candidatar-se.

Nesse contexto, surgiu em São Paulo, entre os meses de março e maio, o movimento da panela vazia, manifestação pioneira em defesa de sua permanência na presidência. Logo em seguida, ainda no mês de maio, foi lançado o movimento queremista, no Rio de Janeiro. Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas.

Temendo um novo golpe de Getúlio, as Forças Armadas depõem-no em outubro de 1945. O poder fica em mãos de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Realizaram-se as eleições presidenciais, saindo vitorioso Eurico Gaspar Dutra.

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

1. **Ao longo de quase um século de existência, a República brasileira conheceu algumas etapas distintas. A compreendida entre 1889–1894 costuma denominar-se:**

- a) Primeira República ou República Velha;
- b) Período Getulista;
- c) Período de redemocratização do regime;
- d) Estado Novo;
- e) República da Espada.

Resposta: Letra E. Nesse período tivemos os governos dos militares, Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

2. **O movimento histórico que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, foi de:**

- a) Proclamação da República;
- b) Departamento Nacional de Telecomunicações,
- c) Revolução de 1930;
- d) Instituto Nacional de Previdência Social;
- e) Nova República.

Resposta: Letra C. O movimento que depôs Washington Luís e levou Vargas ao poder foi chamado de Revolução de 1930.

3. **A questão de fronteiras que o Brasil teve com a Inglaterra:**

- a) Foi solucionada favoravelmente pelo Árbitro Dr. Walter Hauser;
- b) Não chegou a ser de grande importância para o Brasil, já que a região disputada não lhe pertencia de fato;
- c) Questão antiga que se arrastava desde o período colonial, transformou-se numa vitória diplomática do Barão do Rio Branco;
- d) Determinou a partilha do território contestado pelos querelantes prejudicando o Brasil;
- e) Encontrou solução diplomática direta graças à atuação de Joaquim Nabuco que obteve a assinatura do Tratado de Petrópolis.

Resposta: Letra D. Quem representou o Brasil foi Joaquim Nabuco e a solução foi a divisão do território.

PRATICANDO

1. **No governo de Floriano Peixoto ocorreu:**

- a) A Guerra dos Canudos;
- b) A Revolta da Armada;
- c) A Questão Religiosa;
- d) A Campanha Civilista;
- e) A Guerra dos Farrapos.

2. **No século passado, ocorreu a Crise de 1929. Assinale a alternativa que apresenta algumas das suas causas.**

- a) Superprodução de mercadorias e a saturação dos mercados consumidores.
- b) Surgimento de ideologias, como fascismo, nazismo e o comunismo.
- c) Diminuição do crédito bancário e o aumento de impostos para as importações.
- d) Equilíbrio entre a produção agrícola e o comércio.
- e) Quebra da colheita e a demanda ilimitada da indústria automotiva.

3. **O líder do movimento que levou o Brasil a anexar o Acre foi:**

- a) Plácido de Castro
- b) Amárico de Yop
- c) Armando de Castro
- d) Floriano Ritter
- e) Jefferson Viacava

4. **A Guerra de Canudos ocorreu no (na):**

- a) Paraná
- b) Bahia
- c) Amazonas
- d) Maranhão
- e) Espírito Santo

5. **A Revolução de trinta depôs do poder o presidente**

- a) Plínio Salgado
- b) Luís Carlos Prestes
- c) Getúlio Vargas
- d) Washington Luís
- e) General Rondon

6. **A Coluna Prestes foi um movimento reivindicatório dos tenentes que teve sua origem nos estados:**

- a) Minas Gerais e São Paulo
- b) Rio de Janeiro e São Paulo
- c) Rio Grande do Sul e São Paulo
- d) Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul
- e) Minas Gerais e Rio de Janeiro

7. **Com relação a crise econômica de 1929, podemos afirmar que:**

- a) Resultou da queda das exportações, do pleno emprego e do aumento do consumo interno nos EUA.
- b) Ficou restrita a economia norte-americana, atingindo apenas o sistema bancário.
- c) Resultou principalmente da superprodução industrial que o mercado não conseguiu absorver.
- d) Provocou a grande depressão econômica que se espalhou pelo mundo na década de 1930.
- e) Foi consequência do mau planejamento dos economistas adeptos do planejamento estatizante.

8. **Com meu chapéu de lado, tamanco arrastando / Lenço no pescoço, navalha no bolso / Eu passo gingando, provo e desafio / Eu tenho orgulho de ser vadio. (Wilson Batista, 1933)**

**Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
o bonde de São Januário**

leva mais um operário
sou eu que vou trabalhar.

(Wilson Batista/Ataulfo Alves, 1940)

Da comparação entre as letras desses sambas,
depreende-se que:

- a) As mudanças visíveis nos conteúdos dos sambas sugerem adesão à ideologia do Estado Novo.
 - b) As mudanças significativas de conteúdo decorrem da valorização do trabalho industrial no Rio de Janeiro.
 - c) As datas das composições correspondem ao mesmo período do governo de Vargas, indicando que as mudanças são mera coincidência.
 - d) As mudanças das letras não são significativas, já que ambas as composições tratam de problemas de gente pobre e humilde.
 - e) As letras das músicas estão distantes dos interesses políticos do Estado Novo, que não se preocupava em fazer propaganda.
9. Inicialmente o movimento tenentista era de caráter:
- a) Nacionalista
 - b) Ateu
 - c) Elitismo
 - d) Fascistas
 - e) Comunista
10. Foi o presidente eleito em 1930:
- a) Getúlio Vargas
 - b) Luis Carlos Prestes
 - c) Carlos Ritter
 - d) Julio Prestes
 - e) Artur Bernardes
11. Os soldados brasileiros que lutaram na Itália, durante a segunda guerra, eram conhecidos como:
- a) Mercenários.
 - b) Infantes.
 - c) Pracinhas.
 - d) Guerreiros.
 - e) Heróis.
12. A Revolução de 1930:
- a) Teve apoio dos agricultores;
 - b) Seu líder era Getulio Vargas;
 - c) Teve a participação de Luis Carlos Prestes;
 - d) Foi derrotada por Getulio Vargas;
 - e) Foi feita pelos paulistas.
13. A política internacional do regime Vargas, entre 1930–1945, pode ser definida como de:
- a) Tentativa de formação de um pacto de aliança com os demais países da América Latina, visando a garantir a neutralidade da região.
 - b) Apoio à Alemanha, pelas afinidades do regime com o nazi-fascismo.
 - c) Aproximação com os Estados Unidos, porque este país era a potência hegemônica nas Américas.
 - d) Desinteresse pelas relações internacionais, pois o Brasil buscava firmar o processo de industrialização, voltado para o mercado interno.
 - e) Oscilação entre a Alemanha e as nações democráticas até optar pelas últimas.

14. Sobre as reformas urbanas do começo do século, no Brasil, podemos afirmar que:

- a) Foi inspirada pelas reformas de Londres e Nova York, na segunda metade do século XIX;
- b) Tiveram uma preocupação com a preservação das construções coloniais, símbolos de nossa história;
- c) Deslocaram as populações pobres e de baixa renda para as áreas reformadas;
- d) Causou pequeno impacto sobre os centros urbanos das principais cidades brasileiras;
- e) Tiveram por objetivo modernizar as cidades, abrindo avenidas e melhorando os serviços urbanos.

15. Em 10 de novembro de 1937, para justificar o golpe que instaurava o Estado Novo, Getúlio Vargas discursava:

"Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa."

Baseando-se no texto acima, pode-se entender que

- a) Vargas fala em nome da Nação, considerando-se o intérprete de seus anseios e necessidades;
- b) A defesa da Nação está exclusivamente nas mãos do Exército e do patriotismo dos brasileiros;
- c) Vargas delega às forças armadas o poder de lançar mão de medidas excepcionais;
- d) As medidas excepcionais tomadas estão na relação direta da falta de formações políticas atuantes;
- e) Vargas estabelece uma oposição entre o patriotismo dos brasileiros e a ação das forças armadas.

16. (EsSA 2008) Ocorreu um movimento armado, liderado por Luis Carlos Prestes, com o intuito de implantar no país uma ditadura do proletariado, durante a Era Vargas (1930–1945). Esse episódio da história é conhecido como a:

- a) Revolução Constitucionalista.
- b) Intentona Integralista.
- c) Revolta da Armada.
- d) Revolução Democrática de 64.
- e) Intentona Comunista.

Gabarito



H06

1. C	2. E	3. D	4. B	5. D	6. A	7. D	8. B
9. C	10. B	11. B					

H07

1. C	2. D	3. B	4. D	5. E	6. D	7. C	8. C
9. C	10. D	11. D	12. D	13. A	14. A	15. D	16. E
17. B	18. A	19. A	20. E				

H08

1. B	2. A	3. A	4. B	5. D	6. C	7. D	8. A
9. A	10. D	11. C	12. B	13. E	14. E	15. A	16. E